



Texto para Discussão 016 | 2018

Discussion Paper 016 | 2018

Governo Bolsonaro, Brasil 2019-22: Cenários

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao>

Governo Bolsonaro, Brasil 2019-22: Cenários¹

Novembro, 2018

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

¹ Esse texto é de total e exclusiva responsabilidade do autor e, portanto, não expressa qualquer posição das instituições às quais está vinculado. O texto baseia-se em informações e dados disponíveis até 30 de outubro de 2018. E-mail: reinaldogoncalves1@gmail.com

Resumo

O objetivo desse texto é desenvolver cenários para a conduta e o desempenho do governo Jair Bolsonaro (2019-22). O enfoque do exercício de cenários supõe dois determinantes principais: a ortodoxia econômica liberal e o poder destabilizador da oposição. No longo prazo o cenário mais provável (40%) é o Cenário *Sobrevivência na selva*. O segundo cenário mais provável (30%) é o Cenário *Giro 180°*. O terceiro cenário (20%) é o Cenário *Morte súbita*. Por fim, o Cenário *Mais um tango* tem a menor probabilidade (10%) de ocorrência no longo prazo. O Cenário *Morte súbita* e o Cenário *Giro 180°* implicam ruptura institucional (interrupção de presidência e regime autoritário, respectivamente). O cenário mais provável (*Sobrevivência na selva*) supõe a conduta equilibrada e responsável da oposição e o abandono ou ajuste significativo da ortodoxia econômica liberal. Esse cenário também informa a menor instabilidade e os melhores resultados econômicos e sociais.

Abstract

The objective of this paper is to develop scenarios for the presidential mandate of Jair Bolsonaro (2019-22). The scope of the paper is restricted to the conduct and performance of the Brazilian government. The approach for defining scenarios is based on two primary drivers: the liberal economic orthodoxy and the destabilizing power of the opposition. In the long run the most likely scenario (40%) is Scenario *Survival in the jungle*. The second one is Scenario *180° turn* (30%). The third one is Scenario *Sudden Death* (20%) and, finally, Scenario *Tango, once again* is less likely to occur in the long run (10%). Both Scenario *Sudden death* and Scenario *180° turn* imply institutional rupture (interruption of presidency and authoritarian regime, respectively). The most likely scenario (*Survival in the jungle*) assumes a balanced and responsible opposition and the significant adjustment of the liberal economic orthodoxy. This scenario also shows the lower instability and the best performance regarding economic and social issues.

Introdução

Em 28 de outubro de 2018 Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República com 58 milhões de votos (55% do total dos votos válidos) enquanto seu adversário teve 47 milhões de votos. Em um contexto de muitas e extraordinárias incertezas e elevados riscos – internos e externos, estruturais e conjunturais –, o objetivo desse texto é realizar um exercício de cenários para o período do mandato (2019-22). A primeira advertência é que os cenários apresentados têm como foco o Governo Bolsonaro. Os exercícios não envolvem macrocenários nacionais suportados por macrocenários internacionais. O escopo do trabalho é restrito já que foca na conduta e no desempenho do governo brasileiro sob a presidência de Jair Bolsonaro.

O programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral tem uma clara diretriz doutrinária quanto às questões econômicas e sociais (liberalismo). Trata-se de uma variável interna ao governo já que é uma escolha de diretriz estratégica (doutrina). O primeiro argumento central desse texto é que essa variável interna, na atual situação econômica, política e social brasileira, é uma incerteza crítica que pode se tornar, mais do que um erro estratégico, um erro trágico do governo. Isso ocorre porque há evidente quadro de “estresse térmico” – economia, sociedade, política e instituições –, que tem baixado a capacidade de resistência do país a choques ortodoxos. Ou seja, o principal adversário interno ao governo Bolsonaro é a ortodoxia econômica liberal que determinará a conduta e o desempenho da área econômica do governo. Vale destacar que não se trata simplesmente de liberalismo e, sim, de uma ortodoxia econômica liberal.²

As falhas do modelo econômico liberal poderão ser agravadas pelos erros de condução (formulação e governança) da equipe econômica. Falhas de governança somadas às falhas de modelo afetarão significativamente o desempenho do governo. O superávit de doutrina e arrogância da equipe econômica combinado com o déficit de proficiência e

² Para histórias do liberalismo e do neoliberalismo, ver Harvey (2005) e Turner (2009). Os trabalhos muito conhecidos e influentes de divulgação do liberalismo, em geral, e da ortodoxia econômica liberal, em particular, são os livros de Milton Friedman (Friedman, 1962; Friedman e Friedman, 1980).

pragmatismo poderá ser fatal para o Governo Bolsonaro. Além de presunção e erros estratégicos, a equipe econômica pode cometer erros trágicos para o próprio governo.³

O segundo argumento central desse texto é que a conduta das forças de oposição é uma variável externa ao governo e representa incerteza crítica para o governo Bolsonaro. Essas forças, provavelmente, serão os partidos políticos da coalizão PT, PSOL, PCdoB etc., bem como as entidades representativas da sociedade civil organizada que se vinculam, de uma forma ou de outra, a esses partidos (centrais sindicais, sindicatos, representações estudantis, ONGs etc.). Há, ainda, outras forças que confrontarão o governo na medida em que tiverem seus interesses contrariados como, por exemplo, segmentos da intelectualidade brasileira (*sic*), dos grupos econômicos e da mídia.

A futura coalizão oposicionista incluirá as forças políticas e econômicas que saíram perdedoras das eleições presidenciais e sofreram importantes derrotas efetivas e simbólicas no processo eleitoral em 2018.⁴ Essa coalizão incluirá forças que estão, principalmente, no campo das esquerdas. No entanto, é provável que a coalizão se amplie com forças políticas, sociais e econômicas fora desse campo e que perderam poder e vantagens com o resultado da eleição presidencial. É provável também que segmentos dos movimentos ambientalistas e dos defensores da agenda identitária (indígenas, negros, mulheres, LGBTIs etc.), independentemente da ideologia, entrem na coalizão opositora.

É muito provável que os grandes perdedores das eleições para a Presidência da República em 2018 adotem a estratégia de *brinkmanship*. Ou seja, a conduta e o combate focados no ganho por meio da estratégia de levar a disputa política até o limite do conflito aberto,

³ Há muitos “campos minados” na economia como medidas relativas a regime cambial, política cambial, nível ótimo de reservas internacionais, nível de crédito, tarifas públicas, gastos do governo, impostos etc.. Em situações de grave desestabilização macroeconômica e tensão social acumulada, erros estratégicos nesses campos podem se transformar em erros trágicos.

⁴ Para ilustrar, três senadores que tiveram papel de destaque no processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016 não se reelegeram. Os três ex-senadores são: Lindbergh Farias (PT-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Gleise Hoffmann (PT-PR). Essa última é presidente do PT e foi eleita deputada federal em 2018. A própria ex-presidente Rousseff foi derrotada (4º lugar) na sua candidatura ao Senado por Minas Gerais. Fernando Pimentel, ex-governador, também saiu derrotado nas eleições mineiras para governador (3º lugar).

ou seja, é a estratégia de empurrar o adversário para a “beira do abismo”. O governo Bolsonaro defronta-se com uma variável externa – incerteza crítica – que é uma oposição temerária, com a “faca nos dentes”. Trata-se, portanto, do poder desestabilizador da oposição.

Em resumo, as incertezas críticas (ortodoxia econômica liberal e poder desestabilizador da oposição) são determinantes da configuração geral dos cenários. Ademais, cada um dos cenários envolve um conjunto de variáveis de conduta e desempenho: ajuste econômico (finanças públicas, contas externas, reformas estruturais etc.); tensão social (renda, emprego, inflação, violência e corrupção); falhas de governança; risco de crise econômica; expectativas (realização *versus* frustração); tensão política e governabilidade; risco de crise política; e risco de crise institucional (interrupção da presidência *versus* mudança de regime).

O texto está dividido em três seções, além dessa introdução: fundamentos metodológicos, cenários 2019-22 e conclusões. Na primeira seção são apresentados, sumariamente, os fundamentos referentes ao método de elaboração de cenários, que é umas das ferramentas do planejamento estratégico. O texto enquadra-se, rigorosamente, na metodologia básica de construção de cenários de médio prazo e longo prazo. Metodologicamente, o desenvolvimento de cenários segue rigorosamente o protocolo definido por um conjunto de passos.

A segunda seção envolve a discussão dos cenários básicos. Inicialmente, examina-se o enquadramento do exercício proposto nos termos da metodologia escolhida para o desenvolvimento dos cenários. Em seguida, são apresentadas as principais variáveis estruturais e conjunturais que afetarão a conduta e o desempenho do Governo Bolsonaro. Procede-se, também, à discussão sobre a escolha das incertezas críticas (*primary drivers* ou determinantes principais). Conforme mencionado, as duas incertezas críticas selecionadas são a velha matriz econômica da ortodoxia liberal e o poder desestabilizador das forças de oposição ao governo. Nessa seção são desenvolvidos quatro cenários: Cenário A (*Mais um tango*), Cenário B (*Morte súbita*), Cenário C (*Sobrevivência na selva*) e Cenário D (*Giro 180°*). A seção conclui com a discussão sobre probabilidades de ocorrência desses cenários no curto prazo e no longo prazo.

A terceira e última seção abarca um resumo dos principais resultados e algumas considerações gerais. O trabalho tem um ANEXO com indicadores e dados relevantes para a análise prospectiva associada aos exercícios de construção de cenários para o governo brasileiro.

1 Fundamentos metodológicos

A construção de cenários é uma ferramenta para o planejamento estratégico de indivíduos, empresas, organizações e países (Godet, 2000, p. 10). O desenvolvimento de cenários também é um método de análise prospectiva. A evidência empírica indica que o desenvolvimento de cenários é o método encontrado em mais de 40% dos trabalhos de análise prospectiva.⁵

Cenários têm como objetivo “explorar possíveis versões do futuro e identificar variáveis, incertezas, determinantes principais, restrições, possíveis problemas e suas implicações”.⁶

Os exercícios de elaboração de cenários precisam passar por dois testes: credibilidade e utilidade (Durance e Godet, 2010, p. 1488). Ademais, cenários devem atender cinco requisitos: pertinência, coerência, verossimilhança, importância e transparência. A fidelidade a protocolos ou métodos reconhecidos internacionalmente reduzem os riscos de fracasso nos testes de credibilidade e utilidade.

Há três tipos de técnicas de construção de cenários: preditivos, exploratórios e normativos (Bishop, Hines e Collins, 2007, 10). Os cenários preditivos respondem à pergunta: O que acontecerá? (*What-if* ou *E se*). O enfoque é o da previsão. Os cenários exploratórios tratam da questão: O que pode acontecer? O foco é a definição de estratégias. Os cenários normativos envolvem a pergunta: Como determinado objetivo pode ser atingido? E, portanto, implica preservação ou transformação.

Nesse estudo optamos pelos cenários exploratórios. O protocolo de elaboração de cenários da Figura 1 mostra os passos a serem seguidos na aplicação desse método específico.⁷ O protocolo tem sete passos: (1) definição de objetivos e escopo; (2)

⁵ Os principais métodos de análise prospectiva são: revisão da literatura (54%), painel de especialistas (50%), cenários (42%) e extrapolação de tendências (25%). Ver Popper (2008), p. 71.

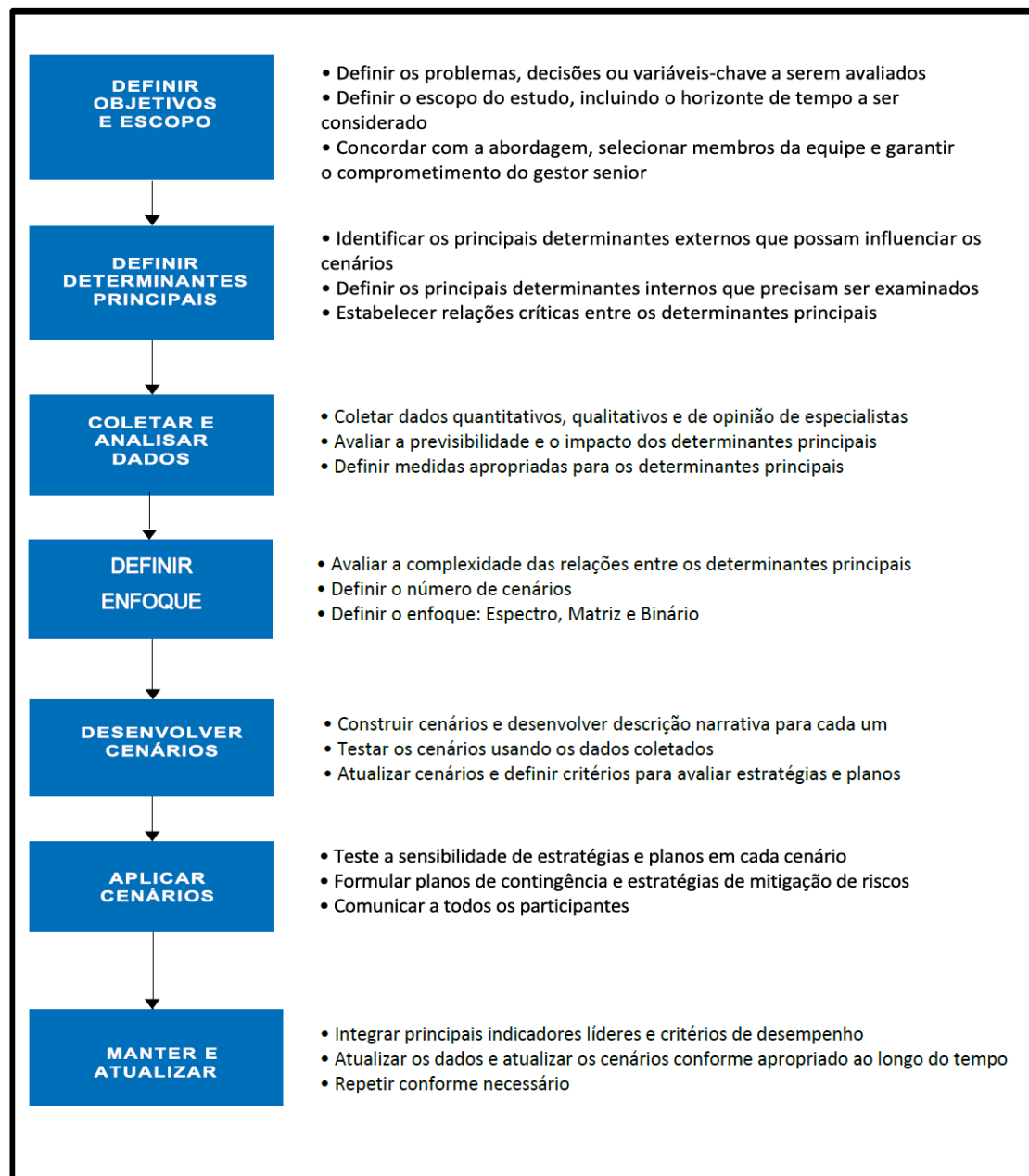
⁶ Ver portal da Shell, empresa pioneira na elaboração de cenários corporativos. <https://www.shell.com/>.

⁷ Especialistas brasileiros em planejamento estratégico e cenários recomendam os seguintes livros: Oliveira (2018), Fischmann e Almeida (2018), e Thompson e Strickland (1999).

definição dos determinantes principais ou incertezas críticas; (3) coleta e análise de dados; (4) definição do enfoque; (5) desenvolvimento dos cenários; (6) aplicação dos cenários; e (7) manutenção e atualização dos cenários.

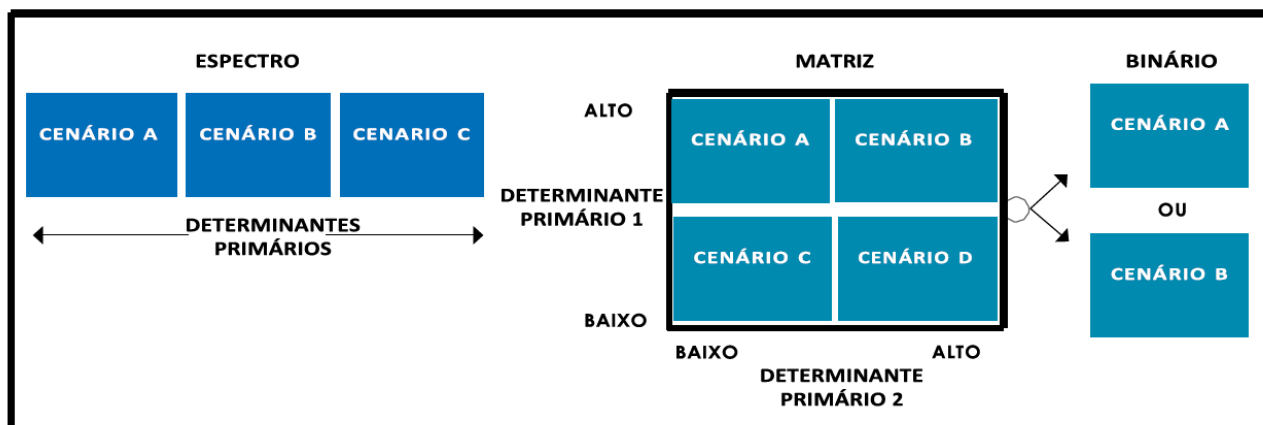
A definição do enfoque para a elaboração de cenários é central no protocolo em questão. Como mostra a Figura 2, há três enfoques possíveis: espectro; matriz; e binário. Esses três enfoques são consistentes com a recomendação de se desenvolver entre dois e quatro cenários (Axson, 2018, p. 15).

Figura 1: Planejamento estratégico – Protocolo de Cenários



Fonte: Axson (2018).

Figura 2: Enfoques para a elaboração de cenários



Fonte: Axson (2018).

2 Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários

2.1 Protocolo aplicado

A Figura 3 resume a aplicação do protocolo de cenários para o Governo Bolsonaro.

As variáveis que podem afetar a conduta e o desempenho do Governo Bolsonaro podem ser agrupadas em variáveis estruturais e variáveis conjunturais. A Figura 4 apresenta uma lista de 28 variáveis estruturais e 28 variáveis conjunturais. Desse conjunto de 56 variáveis são extraídas as variáveis que definem o escopo do exercício de cenários e as incertezas críticas.

O foco dos cenários é a conduta e o desempenho do Governo Bolsonaro. O escopo do exercício é amplo já que abarca ajuste macroeconômico, reformas estruturais, ganhos econômicos e sociais, governança, expectativas e estabilidade institucional. O horizonte de tempo é o mandato presidencial no período 2019-22.

Vale destacar que, além das variáveis que definem o escopo do estudo, há inúmeras variáveis estruturais e conjunturais que são importantes para o Brasil, em geral, e para o Governo Bolsonaro, em particular.

As incertezas críticas ou determinantes principais (*drivers* primários) são a velha matriz ortodoxa econômica liberal (variável endógena ao governo) e o poder desestabilizador da oposição (determinante principal externo ao governo).

Há uma relação crítica entre os determinantes principais. Falhas, tensões e resultados negativos (objetivos, simbólicos e expectationais) derivados da matriz ortodoxa liberal implicarão aumento do poder desestabilizador da oposição. Por outro lado, a recíproca também é verdadeira, ou seja, o poder e a vontade de desestabilização da oposição aumentarão os riscos de falhas, tensões e resultados negativos associados à matriz ortodoxa liberal.

Os argumentos que envolvem questões objetivas (variação de renda, déficit público etc.) ou questões subjetivas ou controversas (por exemplo, opinião pública) têm fundamentação empírica. No ANEXO estão os dados quantitativos, qualitativos e de

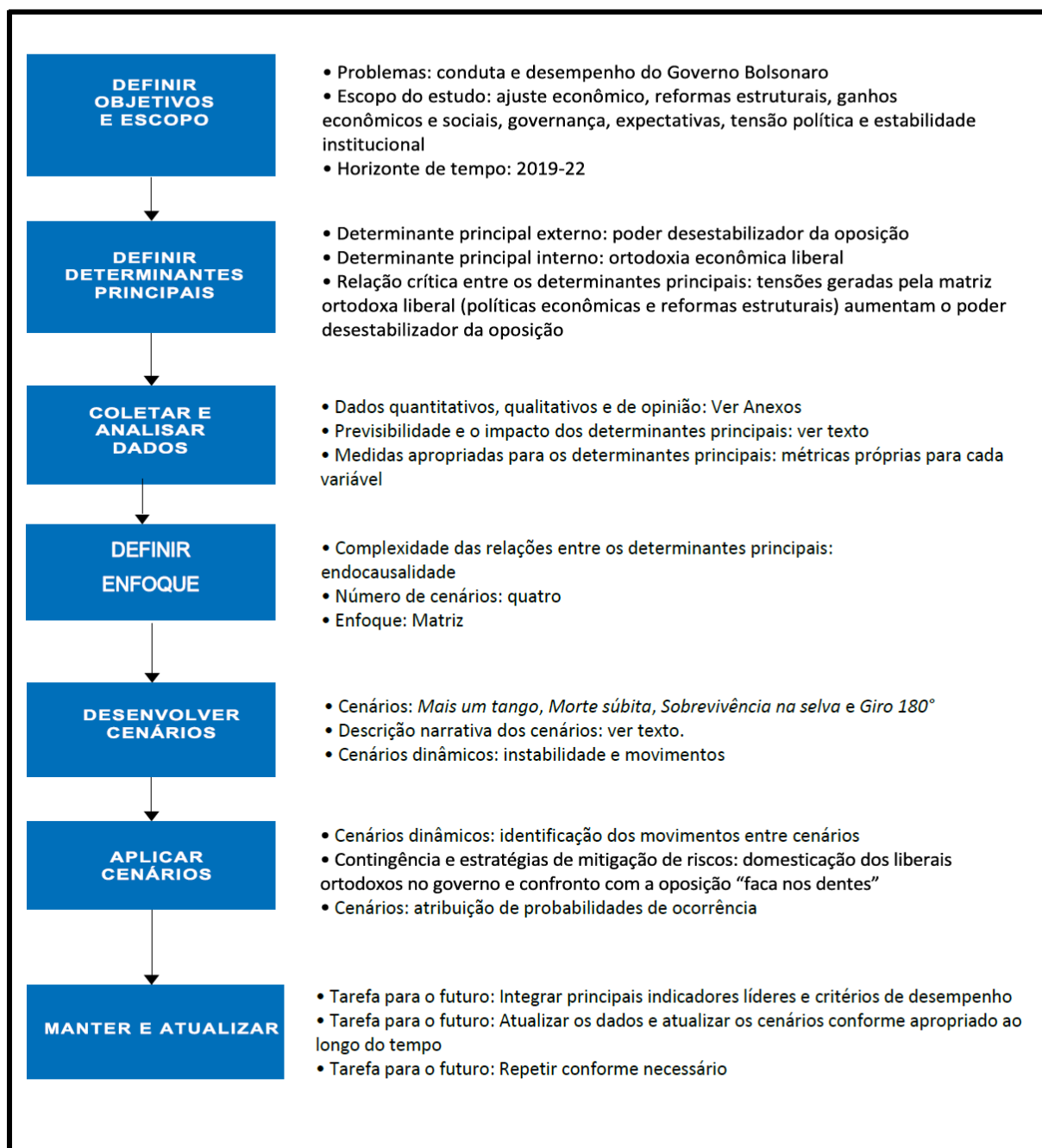
opinião que suportam os argumentos apresentados no texto. Naturalmente, algumas variáveis são facilmente quantificáveis já que têm métricas simples e consolidadas. Porém, há variáveis que não são diretamente quantificáveis. Empiricamente, a principal fragilidade do exercício de cenários proposto nesse estudo é que os determinantes principais não são quantificáveis. Isso não impede, naturalmente, que alguns fatos e eventos informem uma escala ordinal para os determinantes principais.

Na metodologia de cenários o problema de métrica é parcialmente superado com a atribuição binária: nível “alto” e nível “baixo” para as variáveis quantitativas e, principalmente, qualitativas. Políticas e reformas próprias à matriz ortodoxa liberal são consensualmente aceitas pela literatura internacional (liberalização, desregulamentação e privatização) e há indicadores específicos. No que se refere ao poder desestabilizador da oposição a dificuldade é evidente. Entretanto, a restrição empírica não impede identificação de tendências e tensões associadas à opinião pública, governabilidade, protestos populares, boicote dentro e fora do governo, coalização política etc..

A dificuldade derivada da mensuração das incertezas críticas é somente um agravante da própria complexidade desses determinantes e das suas interrelações. Conforme destacado acima, os efeitos negativos da matriz ortodoxa liberal cultivam o campo de luta da oposição ao governo. A hipótese central é que, quanto mais ortodoxia econômica liberal for aplicada, maior será o risco de instabilidade e, portanto, maior será o poder desestabilizador da oposição. Por outro lado, é possível visualizar a situação em que o alto poder de desestabilização da oposição cause mudanças na aplicação de políticas e reformas liberais.

O enfoque escolhido para o exercício de cenários é o matricial com dois determinantes principais. Seguindo a literatura, optamos por desenvolver quatro cenários (Axson, 2018, p. 15). Em consequência, são desenvolvidos os seguintes cenários: *Mais um tango*, *Morte súbita*, *Sobrevivência na selva* e *Giro 180°*. A próxima seção apresenta a descrição narrativa desses cenários.

Figura 3: Aplicação do Protocolo de Cenários para o Governo Bolsonaro: 2019-22



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 4

Cenários para o Governo Bolsonaro (2019-2022): Variáveis estruturais e conjunturais

Estruturais	Conjunturais
<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência 2. Corrupção 3. Desigualdade de riqueza 4. Desigualdade da renda 5. Pobreza 6. Baixo nível educacional 7. Tráfico de armas, drogas e lavagem de dinheiro 8. Deficiência dos serviços de utilidade pública (quantidade e qualidade na educação, saúde, saneamento etc.) 9. Precariedade da infraestrutura (transporte, armazenamento, portos, energia etc.) 10. Aparato regulatório deficiente, instável e contaminado 11. Reformas estruturais: bancária, previdenciária, tributária, política etc. 12. Legislação trabalhista: equilíbrio e modernização 13. Falha de mercado: abuso do poder econômico pelas grandes empresas e bancos 14. Falta de confiança nas grandes empresas 15. Endividamento dos indivíduos e das empresas 16. Finanças públicas: estoque da dívida em nível crítico 17. Finanças públicas: estrutura de gastos (investimento, custeio, transferências, seguridade social, serviço da dívida etc.) 18. Finanças públicas: estrutura tributária deficiente quanto à distribuição, racionalidade e moralização (sonegação) 19. Carga e progressividade tributária 20. Falhas do modelo econômico: desindustrialização, reprimarização da economia, baixa produtividade, baixa competitividade da indústria e dos serviços, desnacionalização, frágil sistema nacional de inovações etc. 21. Economia: ineficiência sistêmica 22. Privatizações e concessões 23. Agenda ambiental e identitária (discriminação: raça, gênero, sexo, religião etc.) 24. Vulnerabilidade externa estrutural: comércio (especialização regressiva), produção (desnacionalização), tecnologia (atraso e dependência), finanças (passivo externo financeiro) e dependência em relação à China 25. Reduzido poder efetivo do país na arena internacional 26. Degradação das instituições públicas e privadas 27. Deficiências da democracia representativa (presidencialismo de coalizão corrompido): 28. Patrimonialismo: clientelismo, nepotismo, privatização da “coisa” pública e corrupção 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ortodoxia econômica liberal (fiscal, monetária, cambial, financeira, comercial etc.) 2. Poder desestabilizador da oposição: equilíbrio e moderação <i>versus brinkmanship</i> (faca nos dentes e escalada temerária) 3. Tensão social crescente: renda, desemprego, endividamento e inadimplência 4. Expectativas do povo em relação ao novo governo: decência, diferença e mudanças 5. Expectativas dos investidores domésticos e externos: desfavoráveis 6. Déficit de governança: ineficácia, erros e falhas de gestão das políticas públicas 7. Crise de legitimidade do Estado: grave e nível crítico 8. Necessidade de geração de renda (salário real) 9. Nível de desemprego elevado 10. Assistência social (renda mínima etc.) 11. Inflação: pressão permanente 12. Finanças públicas: fluxos de geração de receita, controle de gastos e déficit elevado 13. Taxas de juro, endividamento e serviço das dívidas públicas e privadas (empresas e indivíduos) 14. Tarifas dos serviços de utilidade pública 15. Preço dos combustíveis 16. Contas externas, política comercial e controle de capitais 17. Taxa de câmbio: centralidade, volatilidade e dilemas (ajuste externo, inflação, competitividade, endividamento, investimento, expectativas etc.) 18. Conjuntura internacional: renda mundial, protecionismo, taxa de juro, preço do petróleo, preços das <i>commodities</i> etc. 19. Política externa (bilateralismo e perfil baixo) 20. Tensão política acumulada e governabilidade 21. Falta de confiança nas instituições públicas e privadas 22. Maior grau de confiança nas instituições do aparelho repressivo do Estado 23. Menor grau de confiança nas instituições próprias à democracia representativa liberal 24. Propensão ao autoritarismo: aumento 25. Avaliação positiva do legado da ditadura no Brasil: aumento (um terço da população) 26. Regime autoritário esperado/desejado por metade da população 27. Populismo: reconfiguração dos processos políticos 28. Mudança na dinâmica do mercado político no presidencialismo de coalizão (monopsônio do Executivo federal e concorrência perfeita dos congressistas)

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Incertezas críticas estão sombreadas.

2.2 Cenários desenvolvidos

Como definido acima, o foco dos cenários é a conduta e o desempenho do Governo Bolsonaro. As variáveis selecionadas para avaliar conduta e desempenho são: ajuste macroeconômico, reformas estruturais, ganhos econômicos e sociais, governança, expectativas e estabilidade institucional. O horizonte de tempo é o mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019-22). Como também mencionado acima, as incertezas críticas ou determinantes principais (*drivers* primários) são a velha matriz ortodoxa econômica liberal (variável endógena ao governo) e o poder desestabilizador da oposição (determinante principal externo ao governo).

A Figura 5 mostra a matriz de cenários: Cenário A (*Mais um tango*), Cenário B (*Morte súbita*), Cenário C (*Sobrevivência na selva*) e Cenário D (*Giro 180°*). O Cenário A pode ser visto como o cenário de base. Na Figura 6 visualizam-se as características básicas das incertezas críticas e das variáveis de referência para análise em cada cenário.

Figura 5
Conduta e desempenho do Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários (enfoque Matriz)

Incerteza crítica No. 1 Ortodoxia econômica liberal	Alto	Cenário A Mais um tango	Cenário B Morte súbita
	Baixo	Cenário C Sobrevivência na selva	Cenário D Giro 180°
		Baixo	Alto
		Incerteza crítica No. 2 Poder desestabilizador da oposição	

Fonte: Elaboração do autor.

Figura 6

Conduta e desempenho do Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários (variáveis-foco)

<p>Cenário A: Mais um tango</p> <ul style="list-style-type: none"> ajuste ortodoxo (finanças públicas, contas externas etc.) reformas estruturais: precipitação, desequilíbrio e injustiça oposição: resistência crescente tensão social crescente (renda, emprego, inflação, violência e corrupção) falhas de governança e crise econômica expectativas: frustração alta tensão política moderada governo central: alternância de poder no regime democrático 	<p>Cenário B: Morte súbita</p> <ul style="list-style-type: none"> ajuste ortodoxo (finanças públicas, contas externas etc.) reformas estruturais: precipitação, desequilíbrio e injustiça oposição: <i>brinkmanship</i> (“faca nos dentes” e escalada temerária) tensão social aguda (renda, emprego, inflação, violência e corrupção) falhas graves de governança e crise econômica aguda expectativas: decepção muito alta grave crise política crise institucional (interrupção da presidência)
<p>Cenário C: Sobrevivência na selva</p> <ul style="list-style-type: none"> ajuste econômico gradual e pragmático (finanças públicas, contas externas etc.) reformas estruturais: prudência, temperança e justiça social oposição: equilíbrio e moderação ganhos econômicos e sociais moderados (renda, emprego, inflação, renda mínima, redução da violência e da corrupção) governança razoável expectativas: satisfação moderada relativa estabilidade política governo central: permanência/alternância 	<p>Cenário D: Giro 180°</p> <ul style="list-style-type: none"> ajuste econômico gradual e pragmático (finanças públicas, contas externas etc.) reformas estruturais: prudência e temperança e justiça social oposição: <i>brinkmanship</i> (“faca nos dentes” e escalada temerária) ganhos econômicos e sociais moderados (renda, emprego, inflação, renda mínima, redução da violência e da corrupção) governança razoável expectativas: satisfação moderada tensão política alta: contenção crise institucional (regime autoritário)

Fonte: Elaboração do autor.

O Cenário A (*Mais um tango*) é o *cenário de base* e supõe a aplicação da matriz ortodoxa econômica liberal e o baixo poder desestabilizador da oposição. Esse cenário tem como referência recente a profunda crise econômica argentina em 2018. Mais uma vez, a Argentina foi buscar recursos no FMI que, em consequência, financia mais um processo de ajuste macroeconômico. Vale notar que o Governo de Mauricio Macri tomou posse em dezembro de 2015 e adotou políticas derivadas da matriz econômica liberal (por exemplo, redução de impostos).⁸ Em consequências dessas políticas e dos erros de

⁸ Nos anos das eleições de Macri (2015) na Argentina e Bolsonaro (2018) no Brasil, verificamos que ambos os países têm significativos desequilíbrios macroeconômicos. A situação econômica argentina é mais favorável que a brasileira no que se refere às finanças públicas (déficit e dívida bruta) e ao crescimento do PIB, investimento e desemprego. A situação brasileira, por seu turno, é mais favorável em relação à inflação

governança econômica, o país sofreu profunda crise econômica e solicitou recursos ao FMI em julho de 2018 (IMF, 2018; Guzman e Stiglitz, 2018).

O Cenário A implica, portanto, um ajuste ortodoxo na tradição da matriz econômica liberal. Esse ajuste macroeconômico está focado nas finanças públicas via contração de gastos do governo (custeio e investimento). A redução do nível de gastos também abarca, invariavelmente, o setor privado (investimento) e os indivíduos (consumo). Esse ajuste via nível de gastos também favorece o equilíbrio das contas externas. Ainda que possa alcançar metas de ajuste fiscal, equilíbrio das contas externas e estabilidade monetária, essa abordagem macroeconômica ortodoxa provoca graves efeitos colaterais sobre, por exemplo, os níveis de renda e emprego.

As reformas estruturais liberalizantes também tendem a ter efeitos colaterais negativos. Em consequência, as tensões econômicas e sociais são crescentes e, portanto, a oposição tenderá a aumentar a força e a velocidade dos seus ataques ao governo. Supondo que o poder desestabilizador da oposição, ainda que crescente, mantenha-se em níveis relativamente baixos ou atenuados, é provável que as tensões políticas no Congresso e na sociedade sejam mantidas em nível moderado. Não há dúvida que a conjuntura internacional é sempre relevante para a situação econômica brasileira e pode ser o catalisador da deterioração das expectativas e da crise cambial. O risco de crise econômica também pode ter como catalisador as falhas de governança (erros de formulação e execução de políticas econômicas).

Por outro lado, o governo logra obter resultados favoráveis em relação ao combate à violência e à corrupção. Na medida em que esses ganhos para a sociedade não compensem plenamente as perdas associadas à renda, inflação e ao desemprego, o nível de frustração com o governo tende a aumentar. No que se refere ao processo político, a hipótese é que o alto nível de frustração das expectativas do eleitorado de Bolsonaro e a moderada intensidade do poder da oposição configurem um processo eleitoral relativamente

e ao déficit da conta corrente do balanço de pagamentos. A renda *per capita* argentina é um terço maior que a brasileira. Ver FMI, *World Economic Outlook Database*, Outubro de 2018. Disponível: <https://www.imf.org/>. Acesso: 29 de outubro de 2018.

tranquilo em 2022. Nesse caso, é provável que haja alternância de poder nos termos do regime democrático.

O Cenário B (*Morte súbita*) é o **cenário ordinário** que tem como referências históricas as crises sistêmicas observadas no Governo Dilma (2011-16) e, principalmente, no Governo Collor (1990-92), que levaram à interrupção das presidências (impedimento). O Cenário B é ordinário na medida em que é a recorrência de eventos passados (desestabilização macroeconômica, crise sistêmica e interrupção da presidência). Naturalmente, há diferenças marcantes quanto à natureza das matrizes econômicas adotadas pelos presidentes defenestrados. No que se refere ao Cenário B, supõe-se que a matriz econômica do Governo Bolsonaro, nos termos do plano de governo, seja semelhante à matriz econômica liberal do Governo Collor.⁹ Esse cenário baseia-se na adoção da matriz ortodoxa liberal e na existência de uma oposição com alto poder desestabilizador (“faca nos dentes”).

No cenário B, as políticas econômicas e as reformas estruturais – nos termos da matriz ortodoxa liberal – provocam crescentes tensões econômicas, sociais e políticas. Essas tensões se agravam com as falhas de governança. A frustração de expectativas gera decepção muito alta em relação a governo. Falhas graves de governança e crise econômica aguda geram perdas para a sociedade maiores que os ganhos decorrentes do combate à violência e à corrupção.

Nesse cenário o governo defronta-se com uma oposição com alto poder desestabilizador que adota uma estratégia de *brinkmanship* (escalada temerária) e procura colocar o governo na beira do abismo. A oposição “faca nos dentes” é força catalisadora de grave crise política, que é acompanhada de crise institucional marcada pela interrupção da presidência. Com o “estresse térmico” – na política, sociedade, economia e instituições – o governo sofre “morte súbita” (interrupção da presidência).

⁹ O confisco monetário-financeiro no Governo Collor é, evidentemente, uma excrescência na matriz econômica liberal desse governo. Essa excrescência foi fator determinante da crise sistêmica observada em 1990-92.

A experiência latino-americana aponta que a interrupção de presidência ocorre de diferentes formas (Gonçalves, 2016, Quadro 1). O pedido de renúncia e o impedimento estão entre os mais frequentes. A experiência latino-americana também informa que, no contexto de grave crise institucional, o papel do vice-presidente pode se tornar relevante (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 227). Em consequência, no cenário em questão, Bolsonaro desaparece temporária ou definitivamente da arena política brasileira.

O Cenário C (*Sobrevivência na selva*) é o **cenário ideal** e baseia-se na diretriz que o objetivo fundamental é a vontade de sobreviver. O cenário é visto como ideal na medida em que é o que apresenta melhor desempenho econômico e social. Capacidade de resistência e preparo para superar os obstáculos são pilares do manual de sobrevivência na selva. Preparo, prudência e pragmatismo são diretrizes básicas. Em consequência dessa visão, no Cenário C o governo implementa políticas de ajuste e reformas de maneira gradual e pragmática. Deixam-se de lado os fundamentos doutrinários e as diretrizes fundamentalistas da matriz ortodoxa econômica liberal. Gradualismo, moderação e pragmatismo permitem alcançar ganhos econômicos e sociais moderados. Os ganhos são moderados já que a herança recebida pelo Governo Bolsonaro é marcada por graves e extraordinários desequilíbrios: da violência e corrupção ao desemprego e endividamento das famílias; dos elevados níveis do déficit público e da dívida pública às oceânicas deficiências na saúde e infraestrutura.

Entretanto, supõe-se razoável governança, expectativas moderadamente satisfeitas (combate à violência e à corrupção, geração de renda, emprego, inflação etc.) e relativa estabilidade política (oposição atua com equilíbrio e moderação). Essas hipóteses convergem para a relativa estabilidade política. A probabilidade de ruptura institucional é nula e, portanto, há a consolidação do regime democrático. Nas eleições de 2022, o segundo mandato presidencial para Jair Bolsonaro ou a alternância de poder são eventos que dependerão das virtudes e fortunas do governo e da oposição. Nesse cenário evidenciam-se resultados satisfatórios (conjunturais e estruturais) obtidos pelo Governo Bolsonaro, que se contrapõem ao legado recebido de graves e extraordinários desequilíbrios.

O Cenário D (*Giro 180°*) é o **cenário da ruptura** e tem como referência histórica a experiência do Governo Dutra (31/01/1946 a 31/01/1951) que foi particularmente

relevante. Em primeiro lugar, esse governo teve bom desempenho econômico pelos padrões históricos brasileiros (crescimento econômico, investimento, inflação, finanças públicas e contas externas) (Gonçalves, 2013, p. 74-81). Em segundo lugar, o Governo Dutra começa com medidas próprias da matriz econômica liberal. Menos de dois anos de mandato (meados de 1947) há o esgotamento do modelo liberal com uma profunda crise cambial e econômica. A disfuncionalidade da matriz liberal faz com que o governo proceda, então, a um giro de 180° na política econômica e, portanto, adote medidas de controle e intervenções estatais (Saretta, 2000, p. 30). O que parecia ser uma ruptura com o modelo nacional desenvolvimentista adotado por Getúlio Vargas a partir de 1930, após o desvio liberal de 1946-47 acaba por consolidar esse modelo. O Governo Dutra, além da efetiva rejeição das políticas econômicas liberais em 1947, engaja-se em iniciativas de reformas estruturais (reforma bancária, reforma agrária etc.). Essas iniciativas, entretanto, fracassaram apesar de o governo ter maioria no Congresso (Ibid, p. 172-173).

O giro de 180° na economia vem acompanhado de um giro igualmente significativo (e, até mesmo, radical) na política. Em 1946 foi promulgada uma nova Constituição Federal fundamentada nos princípios democráticos (eleições diretas, autonomia de poderes, liberdades civis etc.). Entretanto, o Governo Dutra enfrentou em 1946 e nos primeiros meses de 1947 uma oposição aguerrida, principalmente no Congresso com a atuação dos deputados do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na sociedade civil organizada (sindicatos). A Constituição democrática liberal e as instituições não impediram o governo de adotar medidas autoritárias. Em 1947 o Governo Dutra conseguiu colocar na ilegalidade o PCB, cassar os mandatos dos parlamentares comunistas, exonerar funcionários públicos vinculados ao PCB, fechar centenas de sindicatos e colocar sindicalistas opositores na prisão.

Diferentemente do Governo Dutra, no Cenário D o início do Governo Bolsonaro não é marcado pela ortodoxia liberal. Durante todo o mandato opera-se a reconfiguração da matriz liberal. Portanto, políticas econômicas e reformas estruturais, ainda que balizadas pelo liberalismo, têm como diretrizes estratégicas o gradualismo e o pragmatismo. Durante todo o mandato presidencial de Bolsonaro os ganhos econômicos e sociais são moderados (inclusive, com um programa de renda mínima de alcance nacional, na tradição liberal). Inclusive, não devemos descartar a hipótese de o Governo Bolsonaro

mudar a matriz econômica na direção de estratégias e políticas nacional-desenvolvimentistas. O liberalismo enraizado não impediria a efetiva intervenção estatal em questões consideradas estratégicas ou de risco.¹⁰

O nível de bem estar decorrente dos ganhos econômicos moderados poderá ser incrementado com os benefícios derivados do combate à corrupção e à violência. Os resultados moderados, associados a um nível razoável de governança (sem erros estratégicos ou trágicos na política econômica) colocam as expectativas dos investidores e a confiança da sociedade em níveis de satisfação igualmente moderados.

O fator comum com o Governo Dutra é que o Governo Bolsonaro se defrontará, desde o início do mandato presidencial, com uma oposição aguerrida. No Cenário D a hipótese é de uma oposição marcada pela estratégia do *brinkmanship*, com escalada temerária para conflitos. O elevado poder desestabilizador da oposição “faca nos dentes” causará permanente tensão política, risco de governabilidade e instabilidade institucional. O governo defronta-se com riscos elevados de crises de governança e governabilidade, bem como de crise institucional (interrupção da presidência). O governo reage com medidas de contenção da elevada tensão política e institucional.

O governo enfrenta o risco de crise institucional com a própria ruptura institucional. O governo adota um caráter autoritário com base no descrédito das instituições, no prestígio crescente do aparelho repressivo do Estado (em decorrência dos ganhos concretos obtidos no combate à corrupção e à violência) e nos ganhos econômicos e sociais obtidos pela população. O movimento rumo ao autoritarismo recebe apoio de parte expressiva da sociedade brasileira. Ainda que dois terços da população considerem que a democracia é sempre a melhor forma de governo, há evidência de pesquisas de opinião pública sobre: falta de confiança nas instituições públicas e privadas; maior grau de confiança nas instituições do aparelho repressivo do estado; menor grau de confiança nas instituições próprias à democracia representativa liberal; maior propensão ao autoritarismo; avaliação

¹⁰ Por exemplo, o regime de câmbio poderia ser administrado e não perfeitamente flexível, como aponta a abordagem monetarista. Não se deve descartar, também, o controle de capitais como ferramenta para o ajuste macroeconômico e a promoção do desenvolvimento.

positiva do legado da ditadura no Brasil (um terço da população); e regime autoritário esperado/desejado por metade da população.¹¹

Na elaboração de cenários seria um erro sério desprezar dados fáticos relativos à opinião pública (ver os Gráficos 1 a 5 no ANEXO). Por um lado, é verdade que cerca de dois terços dos brasileiros estão convencidos que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Por outro, também é verdade que metade da população acredita que há alguma chance de haver uma nova ditadura no país (muita chance = 31%; pouca chance = 19%). Vale notar que 67% das pessoas não confiam no Congresso Nacional e 39% não confiam no Supremo Tribunal Federal. Uma coisa são valores e ideais; outra são expectativas e vontades decorrentes de percepção, conhecimento e interesse.

Ainda que a maioria (51%) da população pense que a ditadura deixou mais realizações negativas que positivas, 32% acreditam exatamente o oposto. Entre 2014 e 2018 aumentou o percentual da população que avalia positivamente o legado da ditadura (de 22% para 32%). A propensão ao autoritarismo reflete o apoio da população a medidas autoritárias (intervenção nos sindicatos, cancelamento do registro de partidos, censura aos meios de comunicação etc.). A propensão média aumentou de 21% em 2014 para 27% em 2018.

Em resumo, a evidência é que a propensão ao autoritarismo tem aumentado ao longo do tempo em decorrência da crescente percepção a respeito da deterioração das instituições e do legado trágico dos governos Lula, Dilma e Temer. No Cenário D (*Giro 180°*) o Brasil entra, então, em mais uma fase de autoritarismo. Entretanto, essa fase pode ser curta como ocorreu no Governo Dutra. O autoritarismo seria mais um “freio de arrumação” do que uma efetiva e duradoura mudança de regime. Inclusive, não se deve descartar a hipótese que, da mesma forma que Dutra em 1950 (Getúlio Vargas foi o

¹¹ O Ministro Og Fernandes do Superior Tribunal de Justiça realizou uma pesquisa, via internet, em setembro de 2017 em que perguntou: “o Brasil deve sofrer intervenção militar?” Responderam à pesquisa 37 mil pessoas. O resultado é: 49% disseram “sim”. Ver, “O pessoal está com a faca nos dentes”. *Estadão. Política. Blogs*. Fausto Macedo, 1º de outubro de 2017. Disponível: <https://politica.estadao.com.br/blogs/>.

candidato à presidência), o próprio Bolsonaro não se apresente como candidato às eleições presidenciais em 2022.¹²

2.3 Cenários dinâmicos e probabilidades de ocorrência

No desenvolvimento de cenários é importante considerar o comportamento dinâmico associado a cada cenário (Bishop, Hines e Collins, 2007, p. 19). Os cenários narrados na seção anterior são estáticos, ou seja, são fixos já que são construídos para um determinado período. Ocorre que a complexidade das variáveis e as interrelações entre incertezas críticas podem implicar deslocamentos entre cenários ao longo do tempo. Cenários não são determinísticos e, sim, probabilísticos, e, ademais podem ser marcados por instabilidade e não sustentabilidade. Portanto, cabe a construção de cenários dinâmicos: determinado cenário de curto prazo pode gerar as condições para a transição para outros cenários de longo prazo.

Para tratar o problema do comportamento dinâmico, decidimos discutir as probabilidades de ocorrência de cada cenário em dois momentos distintos: os primeiros anos do mandato presidencial de Bolsonaro e os últimos anos desse mandato. Para simplificar, podemos supor que o mandato é dividido em dois períodos de dois anos. Ou, então consideramos situações de curto prazo e longo prazo. Naturalmente, cabe reconhecer que mudanças significativas podem ocorrer até mesmo nos primeiros meses do mandato. Por exemplo, o giro de 180° no Governo Dutra ocorreu pouco mais de um ano depois da posse.

A Figura 7 mostra que ao longo do mandato presidencial pode haver deslocamentos entre cenários. A partir do Cenário A (*Mais um tango*, cenário de base) o governo pode transitar para os outros três cenários. Isso é provável porque o cenário de base, que é o mais provável no período inicial de governo, tem elevada instabilidade e baixa sustentabilidade de longo prazo. Os deslocamentos para o Cenário B (*Morte súbita*) e o Cenário D (*Giro*

¹² Por outro lado, há o referencial histórico da ruptura institucional em 1964 que manteve o regime militar por 21 anos.

180°) são determinados, em grande medida, pelo poder efetivo de desestabilização das forças de oposição (liderada pelo grupo “faca nos dentes”). O deslocamento do Cenário A para o Cenário C (*Sobrevivência na selva*) responde, principalmente, à crescente predominância do pragmatismo ao longo do governo que força a reconfiguração da matriz econômica liberal, talvez, até mesmo em uma direção nacional-desenvolvimentista.

A Figura 8 mostra as probabilidades de ocorrência de cada um dos cenários no curto prazo ou período inicial do mandato (digamos, 2019-20) e no longo prazo ou período final do mandato (digamos, 2021-22).

No período inicial do mandato, nos termos do Plano de Governo apresentado durante a campanha presidencial, o Cenário A (*Mais um tango*) é, de longe, o mais provável (60%) (parte de cima da Figura 8). Como mencionado, o Cenário A é o cenário de base. A ênfase na liberdade e na propriedade privada decorre do referencial ideológico do Governo Bolsonaro: liberalismo. Esse referencial é claramente encontrado no Plano de Governo preparado pela equipe de Bolsonaro durante a campanha eleitoral.¹³ Portanto, no início do governo é provável que a matriz ortodoxa liberal seja dominante. As políticas econômicas e as reformas estruturais serão formuladas e executadas nos termos do liberalismo econômico. Ou seja, ajuste macroeconômico ortodoxo focado na redução do nível de gastos, liberalização, desregulamentação e privatização. Entretanto, tendo em vista as tensões acumuladas na sociedade, economia e política, esse cenário já tem as marcas da instabilidade alta e da sustentabilidade baixa.

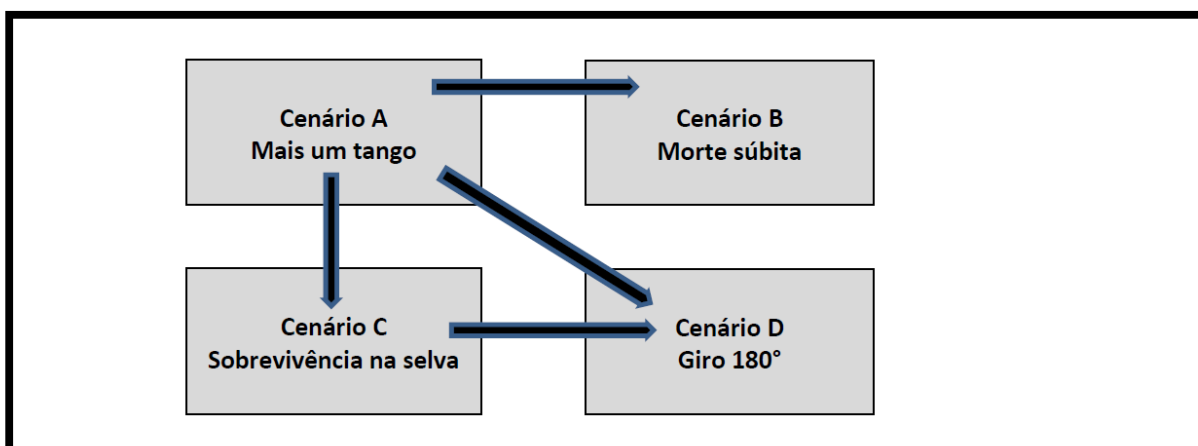
O Cenário A também está associado a um poder inicialmente baixo de desestabilização por parte da oposição. Essa hipótese também é um dos pilares do Cenário C (*Sobrevivência na selva*) que apresenta, no início do mandato presidencial, a segunda maior probabilidade de ocorrência (25%). Contudo, nesse cenário o Governo Bolsonaro já começa com ajuste significativo da matriz ortodoxa liberal. Ainda que não haja o abandono da doutrina liberal, o gradualismo e o pragmatismo são os balizadores das iniciativas e medidas governamentais. A “sobrevivência na selva” tem como diretriz

¹³ O plano chama-se “O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo”. Ver <https://docs.wixstatic.com>.

básica a vontade de viver e isto significa capacidade de adaptação ao ambiente de tensões econômicas, políticas, sociais e institucionais acumuladas. Esse cenário tem, portanto, menor instabilidade e maior sustentabilidade.

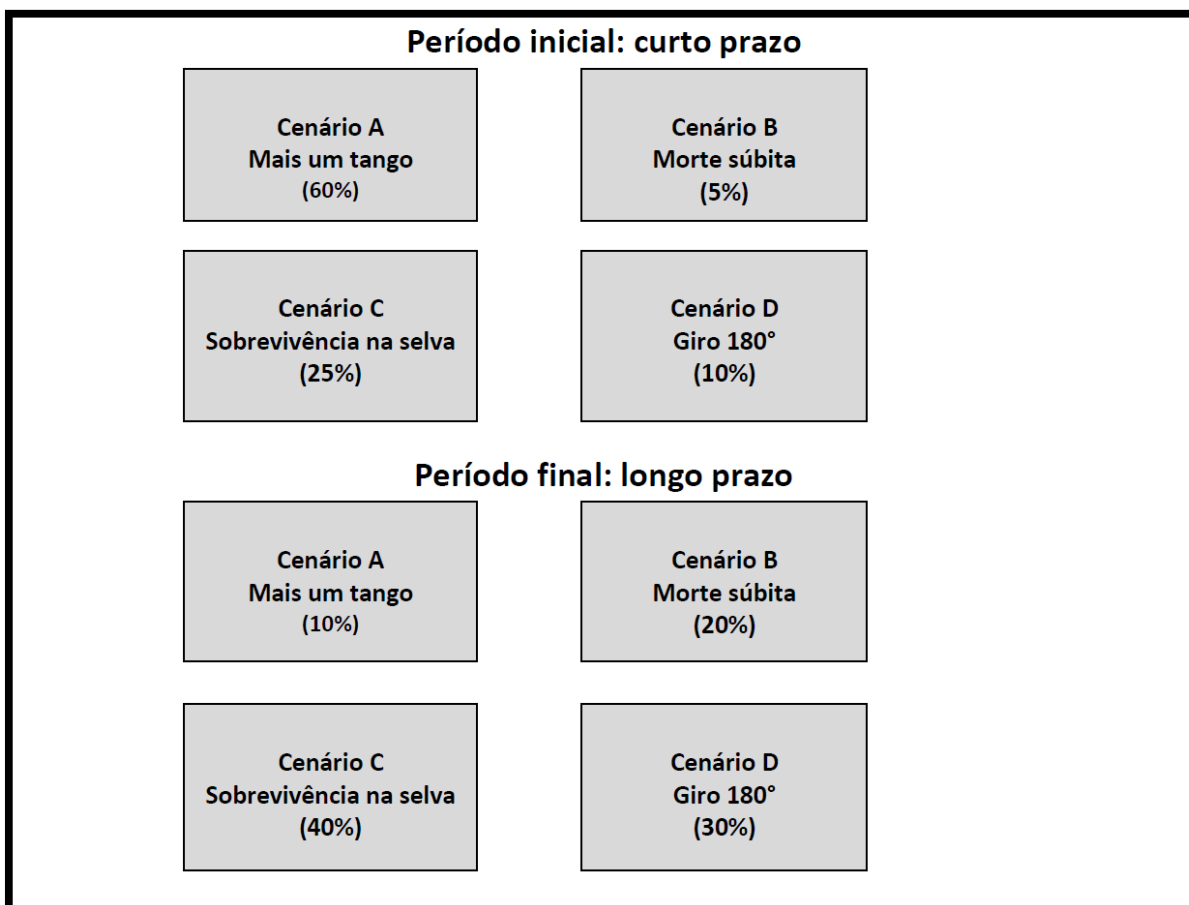
Na fase inicial do governo, o Cenário B (*Morte súbita*) e Cenário D (*Giro 180°*) têm probabilidades de ocorrência mais baixas (B = 5% e D = 10%). Esses dois cenários têm, em comum, o alto poder desestabilizador da oposição e a crise institucional. Supondo que o Governo Bolsonaro mantenha a matriz ortodoxa liberal, continue recebendo o apoio da maioria da população e a propensão ao autoritarismo na sociedade continue alta, Cenário D – que implica autoritarismo – torna-se mais provável que o Cenário B – que envolve interrupção da presidência. Entretanto, tanto o Cenário B quanto o Cenário D têm baixa probabilidade de ocorrência no período inicial (2019-20) do Governo Bolsonaro, independentemente da oposição “faca nos dentes”.

Figura 7
Conduta e desempenho do Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários dinâmicos



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 8
Conduta e desempenho do Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários dinâmicos e probabilidades esperadas



Fonte: Elaboração do autor.

Conforme mencionado, o Cenário A caracteriza-se por elevada instabilidade e, conseqüentemente, implica alta probabilidade de um comportamento dinâmico no sentido de deslocamento ao longo do tempo para novas configurações de equilíbrio e desequilíbrio. O Cenário A, portanto, é não somente o mais provável cenário inicial para o Governo Bolsonaro como também é o cenário com maior propensão ao deslocamento. A probabilidade de manutenção desse cenário no longo prazo é baixa (10%). Em um segundo momento do mandato, há três trajetórias (desigualmente prováveis) de comportamento dinâmico condicionadas pelas incertezas críticas.

A primeira trajetória é o deslocamento do cenário de base (Cenário A) na direção do Cenário B (*Morte súbita*), cuja probabilidade de longo prazo aumenta significativamente. Esse comportamento dinâmico significa que o governo mantém a matriz ortodoxa liberal

como diretriz das medidas de ajuste e reformas, no contexto de crescente poder desestabilizador da oposição. O antagonismo se acirra na medida em que a oposição vê o governo como inimigo e passa a adotar estratégias de “beira de abismo” ou “faca nos dentes”. O acirramento dos conflitos acaba em crise institucional, com a interrupção da presidência (por exemplo, impedimento). A probabilidade de ocorrência desse cenário no longo prazo é 20%.

A segunda trajetória é o deslocamento na direção do Cenário D (*Giro 180°*). Nesse caso, há duas mudanças radicais. A primeira é a inversão da matriz ortodoxa liberal e a segunda é o combate frontal à oposição “faca nos dentes”. Na situação de “beira do abismo”, o Governo, provavelmente com o apoio da maioria da população, apela para a ruptura institucional e instala um regime autoritário. A probabilidade de longo prazo desse cenário é 30%.

O deslocamento a partir do Cenário A para o Cenário C (*Sobrevivência na selva*) também é possível no longo prazo. Essa trajetória supõe que a oposição mantém a visão do governo como adversário e, não, como inimigo. Apesar de haver o antagonismo próprio à política, a oposição atua com equilíbrio e moderação. Nesse cenário, o governo Bolsonaro torna-se mais pragmático e menos doutrinário. Os ganhos econômicos e sociais são moderados enquanto as expectativas são favoráveis. A institucionalidade é mantida e o processo eleitoral de 2022 repete a disputa acirrada observada em 2018. Perpetuação ou alternância de partidos no poder são as opções democráticas. Ou seja, no longo prazo o Cenário C (*Sobrevivência na selva*) é o mais provável (40%).

Em resumo, a combinação das probabilidades de ocorrência dos cenários no curto prazo ou período inicial (2019-20?) do Governo Bolsonaro com o comportamento dinâmico associado a cada um dos cenários informa probabilidades dos cenários no longo prazo ou parte final do mandato (2021-22?). Como visto, essas probabilidades estão na parte de baixo da Figura 8. O cenário mais provável (40%) é o Cenário C (*Sobrevivência na selva*). O segundo cenário mais provável (30%) no longo prazo é o Cenário D (*Giro 180°*). O terceiro cenário mais provável (20%) é o Cenário B (*Morte súbita*). Por fim, o Cenário A (*Mais um tango*) tem a menor probabilidade (10%) de ocorrência no longo prazo.

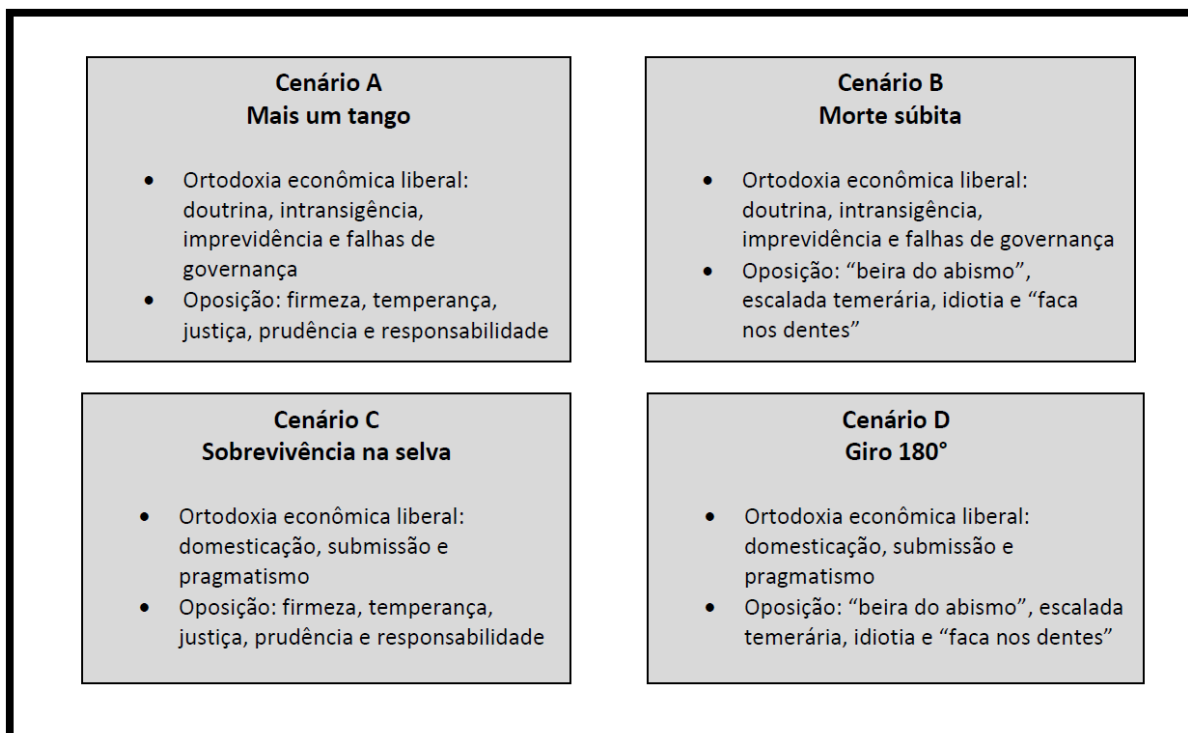
Vale destacar que o Cenário B e o Cenário D supõem uma oposição “faca nos dentes” e se caracterizam por forte tensão política, déficit de governabilidade e crise institucional (interrupção de presidência e autoritarismo, respectivamente). A maior probabilidade do Cenário D deriva da inversão da matriz ortodoxa liberal e, portanto, da menor tensão econômica e social e do maior apoio popular às iniciativas do governo, inclusive, o autoritarismo.

O Cenário C (*Sobrevivência na selva*) tem a mais elevada probabilidade de longo prazo (40%). Nesse cenário há o ajuste ou a inversão da matriz ortodoxa econômica liberal e a predominância do pragmatismo. Na atualidade, o confronto com a ortodoxia econômica liberal no Governo Bolsonaro não seria uma novidade já que em outros países os governos populistas de direita já têm ido nessa direção. Governos populistas de direita na Europa – Itália sob a liderança do vice primeiro ministro Matteo Salvini da Liga Norte; Turquia, sob a presidência de Recep Erdogan – têm rejeitado políticas econômicas ortodoxas (política fiscal e política monetária). E, nos Estados Unidos, o governo Donald Trump tem apelado para políticas comerciais significativamente restritivas (El-Erian, 2018).

O Cenário C (*Sobrevivência na selva*) implica melhor desempenho do Governo Bolsonaro nas esferas econômica, social e política. Naturalmente, a maior probabilidade desse cenário depende da hipótese da oposição adotar condutas marcadas pelo equilíbrio e pela moderação.

A Figura 9 sumariza as características básicas das duas incertezas críticas nos quatro cenários desenvolvidos para o Governo Bolsonaro (2019-22). E a Figura 10 apresenta um caso (ANDES-SN) de oposição “faca nos dentes” no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

Figura 9
Conduta e desempenho do Governo Bolsonaro (2019-22): Cenários e incertezas críticas



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 10

Oposição “faca nos dentes”. Estudo de caso: ANDES-SN (18 de outubro de 2018)

Exemplo evidente de oposição “faca nos dentes” é o posicionamento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior por meio de NOTA POLÍTICA DO ANDES-SN SOBRE O SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018. Veja o extrato da Nota abaixo.

A barbárie só pode ser combatida com a máxima unidade, constituindo frentes antifascistas e pautando uma agenda de defesa ampla das liberdades e dos direitos. Por isso tudo, neste segundo turno das eleições gerais do Brasil, não podemos titubear sobre nossa posição histórica contra o fascismo e as opressões. É necessário que possamos nos posicionar contra o projeto de governo que ataca a educação pública, a saúde pública, os direitos do(a)s trabalhadore(a)s e as liberdades democráticas.

Nossa negação ao projeto fascista não significa adesão a nenhum outro projeto que ora se apresenta como alternativa nas urnas, mas sim a compreensão de que os projetos eleitorais em disputa representam patamares diferentes da luta de classes e o que nesse momento está em jogo é nossa possibilidade ou não de continuar, nas ruas, lutando pelos direitos do(a)s trabalhadore(a)s.

O ANDES-SN reafirma a sua luta histórica contra o projeto fascista e de extrema direita, o projeto ultraliberal e as ações de ódio que estão sendo difundidas pelo Brasil. Este sindicato se integra às frentes antifascistas suprapartidárias, criadas nos estados e nas instituições públicas de ensino superior, e se posiciona contra o voto nulo e em branco no segundo turno das eleições, indicando a participação ativa nos atos e mobilizações em defesa da democracia e contra o fascismo, bem como nas atividades do movimento #EleNão.

O ANDES-SN convoca todas as suas seções sindicais a fortalecerem - nas urnas e nas ruas - essas lutas, para assim derrotar o fascismo que tem se expressado na vida cotidiana.

- Assinar carta das entidades da educação a ser enviada à(o)s candidato(a)s Fernando Haddad e Manuela D’Ávila explicitando nosso projeto de educação;

- Participar no debate com Fernando Haddad e Manuela D’Ávila, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro no dia 19 de outubro de 2018 para apresentar o projeto de educação do ANDES-SN.

Comentário do autor:

Essa Nota mostra claramente que os dirigentes da ANDES consideram que a candidatura de Jair Bolsonaro representa um projeto fascista. A nota expressa, ainda, uma clara posição de voto no oponente de Bolsonaro nas eleições presidenciais. Não resta dúvida que os dirigentes da ANDES-SN (assim como qualquer cidadão) têm todo o direito de tomar posições políticas e eleitorais (liberdade de expressão). Entretanto, já que se trata de uma organização representativa (sindicato) há questões fundamentais:

- (1) as posições de minorias com maior mobilização, engajamento e viés político dominam as assembleias da ANDES?
- (2) a maioria (silenciosa) dos docentes aprova a avaliação (projeto fascista) acerca da candidatura Bolsonaro?
- (3) a maioria dos docentes aprova a tomada de posição (voto em Haddad), independentemente da avaliação?
- (4) cabe à ANDES-SN se posicionar em relação ao processo eleitoral para presidente da República, independentemente da aprovação ou não da avaliação e da posição dos dirigentes pela maioria dos sindicalizados?
- (5) 55% dos docentes vinculados a ANDES votaram em Bolsonaro, da mesma forma que o conjunto dos eleitores que validaram seus votos no segundo turno?
- (6) há risco de falsa representatividade dos dirigentes e das assembleias da ANDES se a maioria dos docentes (maioria silenciosa) discorda das posições (avaliação e voto) dos dirigentes e das assembleias?
- (7) a falsa representatividade dos dirigentes e das assembleias gera problemas de crise de legitimidade e degradação da ANDES?
- (8) o uso dos termos “fascista” e “fascismo”, sete vezes em quatro parágrafos, é uma diatribe para fins de proselitismo político e propaganda eleitoral?
- (9) os dirigentes da ANDES-SN atolam-se nos campos da ignorância, do proselitismo e da ignomínia na ausência de qualquer esforço de conceitualização acerca dos termos “fascista” e “fascismo” já que docentes, por dever de ofício, estão comprometidos com a ciência, o ensino e a verdade?
- (10) o atolamento dos dirigentes da ANDES-SN no campo da ignorância, do proselitismo e da ignomínia compromete a imagem institucional das unidades de ensino superior, em geral, e das unidades federais de ensino, em particular?
- (11) a oposição “faca nos dentes” ao governo federal por parte da ANDES-SN tem consequências para o futuro das instituições federais de ensino superior e dos seus docentes?

Fonte: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-75829621.pdf>.

3 Conclusões

A abordagem quantitativa por meio de exercícios de previsão, projeção e extrapolação de tendências corre alto risco de fracasso em situações em que há inúmeros e significativos desequilíbrios conjunturais e estruturais, bem como desequilíbrios de fluxos e estoques.¹⁴ Um método alternativo e qualitativo para a análise prospectiva é o desenvolvimento de cenários.

É evidente que qualquer exercício de elaboração de cenários deve ser visto com extrema cautela. Muito além da aplicação de um método científico, a construção de cenários pode ser vista como uma arte que requer bom senso, talento e intuição (Godet, 2000, p. 3). Em consequência, as reconhecidas limitações do autor recomendam, fortemente, que os cenários apresentados nesse estudo sejam avaliados com nível máximo de cautela.

Segundo especialistas, “cenários não devem ser confundidos com opções estratégicas” (Durance e Godet, 2010, p. 1491). A razão é óbvia: os produtores de cenários raramente são aqueles responsáveis pelas decisões estratégicas e pela execução do projeto. Isso é particularmente importante no caso da construção de cenários para empresas, organizações e governos a partir de uma perspectiva estritamente acadêmica.

Ademais, exercícios de cenários exigem, na fase final do protocolo, a atualização dos dados e informações e, conseqüentemente, a própria atualização dos cenários. Ou seja, o planejamento estratégico que apela para cenários é um processo permanente. Economia, sociedade, política e instituições implicam estruturas, relações e processos dinâmicos. Portanto, cabe o alerta que os cenários desenvolvidos nesse texto refletem análises baseadas em realidades percebidas que se alteram ao longo do tempo. Velhas realidades podem mudar ao longo do tempo; novas realidades podem predominar. Velhas hipóteses são superadas por novas hipóteses. Mesmo que a coleta e a análise de dados sejam consistentes e o processo de formação de expectativas seja robusto, há sempre erros de

¹⁴ Na Tabela 1 do ANEXO são apresentadas as previsões e projeções do Fundo Monetário Internacional para o Brasil em 2018-22 e que foram divulgadas em outubro de 2018.

análise e erros de previsão. E, por fim, a entidade divina (Roda da Fortuna) está sempre presente! E, em particular, Nemesis pune aqueles que se deixam levar pela presunção.

Neste texto apresentamos um estudo acadêmico (de fato, um exercício) sustentado pelo método e rigor científico. Método e rigor significam que o cientista mantém uma posição *arm's length* (distanciamento) em relação ao governo (*e ça va sans dire*, à oposição). É a equidistância entre valores e interesses – governo e oposição – que dão credibilidade aos trabalhos acadêmicos. Portanto, este estudo não implica recomendações de objetivos, conduta e desempenho para o Governo Bolsonaro, nem para a oposição.

Feitas essas ressalvas importantes, passemos ao resumo das principais conclusões.

3.1 Síntese dos cenários

Esse estudo tem uma hipótese básica: a aplicação da matriz ortodoxa liberal, na atual situação brasileira, tem enorme risco de fracasso. A matriz ortodoxa pode ser, mais que um erro estratégico, um erro trágico. Essa hipótese decorre de dois fatos. O primeiro é que a ortodoxia envolve políticas e reformas com significativo impacto negativo, no curto prazo, sobre renda, emprego, serviços públicos, expectativas etc.. O segundo fato é que a situação brasileira atual é particularmente grave tendo em vista o acúmulo de desequilíbrios que provocam: esgarçamento do tecido social; fratura na economia; tensão na política; degradação das instituições; e volatilidade de expectativas. A lista de variáveis estruturais e conjunturais, apresentada na Figura 4, mostra de forma cristalina a gravidade e dramaticidade da crise brasileira. A crise é sistêmica e o país está em situação de “estresse térmico”. E, não faltam incertezas críticas.

As incertezas críticas usadas nos cenários são a velha matriz econômica da ortodoxia liberal e o poder destabilizador das forças de oposição ao governo. A escolha dessas incertezas críticas decorre de fatos fundamentais para a política brasileira. O primeiro é o inquestionável protagonismo da matriz ortodoxa liberal nos discursos e no plano de governo de Jair Bolsonaro. O segundo fato é que o antagonismo, que é inerente à atividade

política, transformou-se em forte polarização do “nós” contra “eles”. Concentremos a discussão nessa última incerteza crítica para o futuro.

O Cenário A (*Mais um tango*) é, provavelmente, o cenário predominante no início do Governo Bolsonaro. Esse **cenário de base** caracteriza-se por resultados insatisfatórios e medíocres, como a crise econômica ainda mais profunda. Nesse caso, não podemos descartar a hipótese de, mais uma vez, o Brasil recorrer ao apoio do Fundo Monetário Internacional. Esse cenário tem baixa sustentabilidade ao longo do tempo se levarmos em conta as tensões crescentes na sociedade, economia e política, assim como nas instituições. Esse cenário começa, inicialmente, com a maior probabilidade (60%) e ao longo do tempo gera suas próprias contradições e trajetórias múltiplas. Se considerarmos o longo prazo, esse cenário apresenta baixa probabilidade de ocorrência (10%). Caso o Governo Bolsonaro continue com a ortodoxia econômica liberal, na situação de crise de legitimidade e governabilidade, é muito provável que haja deslocamentos para outros cenários.

O Cenário C (*Sobrevivência na selva*) é aquele marcado pelo melhor desempenho econômico e social bem como menor instabilidade política e institucional. Portanto, pode ser visto como o **cenário ideal**. Esse cenário sai da probabilidade de curto prazo de 25% para a probabilidade de longo prazo de 40%. O Cenário C é o cenário que abarca as hipóteses mais favoráveis em relação às incertezas críticas, ou seja, reconfiguração (ou reversão) da ortodoxia econômica liberal e baixo poder desestabilizador da oposição.

No Cenário A e no Cenário C não há ruptura institucional, seja via interrupção de presidência, seja via autoritarismo. Essas rupturas estão presentes no Cenário B (*Morte súbita*) em que há interrupção da presidência, e no Cenário D (*Giro 180°*) em que há autoritarismo. As probabilidades de ocorrência desses cenários são maiores no longo prazo que no curto prazo. As probabilidades aumentam, no Cenário B, de 5% para 20% e, no Cenário D de 10% para 30%.

Em resumo, no longo prazo a hierarquia de cenários é a seguinte: Cenário C (*Sobrevivência na selva*) = 40%; Cenário D (*Giro 180°*) = 30%; Cenário B (*Morte súbita*) = 20%; e Cenário A (*Mais um tango*) = 10%.

3.2 Considerações gerais

Evidentemente, há diferenças político-ideológicas entre as forças no governo e as forças na oposição. Entretanto, há questões objetivas referenciadas a indivíduos e grupos de interesses: poder e riqueza. Os processos do Mensalão e do Petrolão, bem como o impedimento da Dilma Rousseff e a derrota para Bolsonaro, implicaram grandes perdas para partidos, organizações e indivíduos. Nos últimos anos, o Partido dos Trabalhadores, protagonista da política brasileira a partir de 2003, sofreu perdas significativas que vão da redução das bancadas parlamentares ao afastamento de boa parte da sua liderança política. E, ademais, personagens políticos importantes viraram réus, apenados ou presidiários. Os casos de José Dirceu, Antônio Palocci e Lula são reveladores da situação de fragilização e, até mesmo, desespero de políticos que, até recentemente, estavam entre os mais poderosos e influentes do país.

Ao longo dos anos, as perdas acumuladas pela oposição (PT e seus partidos satélites, organizações e indivíduos) causaram condutas marcadas por idiotia e ignomínia. É o caso do Mensalão já no início do Governo Lula em 2003 em que as narrativas do “nada sabia” e do “caixa dois” são, ao fim e ao cabo, crimes de corrupção e formação de quadrilha. Os protestos populares de meados de 2013 são repercutidos pela atual oposição como uma questão de “demandas ampliadas”; e não como uma reação ao profundo descontentamento com o funcionamento de uma democracia de baixa qualidade e de uma república anã apequenadas a partir de 2003 com a corrupção epidêmica e resultados insatisfatórios. O impedimento de Rousseff em 2016 é ecoado como “golpe parlamentar”; e não como um evento previsível com múltiplas causas (Gonçalves, 2016). O “fora Temer” (2016-18) não consegue disfarçar a sede de vingança daqueles marcados pela traição, perda, cumplicidade e culpa.

O Petrolão e a Operação Lava Jato são vistos como uma “conspiração” entre agentes externos (CIA) e agentes internos (MPF, Judiciário, Polícia Federal etc.); e não como uma reação natural de agentes públicos ao patrimonialismo, à lavagem de dinheiro, ao enriquecimento ilícito, à formação de quadrilhas e à corrupção em larga escala, como nunca antes na história do país. E mais, o processo judicial de Lula em 2017-18 é vociferado como “perseguição judicial”; e não como uma ação penal repleta de evidências que seguiu fielmente todos os ritos processuais. A imbecilidade esférica na oposição

manifesta-se quando a Operação Lava Jato é vista como consequência da “luta de classes” em que agentes públicos do Judiciário e do MPF (“assalariados ricos” da classe média alta) atuam para derrubar um governo de bases populares que representava os pobres e a classe trabalhadora! E, por fim, o “Lula livre” pós 7 de abril de 2018 (data da prisão de Lula) é, na melhor das hipóteses, a expressão do antirrepublicanismo e da antiética.¹⁵

Nessa mesma linha, durante a campanha eleitoral de 2018, as forças políticas que apoiaram Bolsonaro – dezenas de milhões de pessoas nos campos da direita, do centro e, inclusive, da esquerda e aquelas sem qualquer referência político-ideológica – foram acusadas de “fascistas”. Essa conduta, provavelmente, se repetirá na luta política no futuro e expressará o desespero, o autoritarismo e a ignorância da oposição “faca nos dentes”, principalmente de esquerda.

Fascismo é um fenômeno histórico datado que durou uma geração na primeira metade do século XX e esteve circunscrito a alguns países, principalmente, Itália e Alemanha (versão Nazismo). Como afirma um especialista, “de todas as ideologias, fascismo é a de sentido mais ambíguo” (Eatwell, 2013, capítulo 26). Há inúmeras definições de fascismo e, inclusive, descrições tipológicas que elencam características controversas (Payne, 2010, p. 100). Correndo o risco de simplificação exagerada, pode-se construir a “equação fascista” como: Estado forte + totalitarismo (terrorismo estatal) + milícias de partidos de massa + nacionalismo exacerbado + racismo + xenofobia + expansionismo territorial + forte regulação estatal da economia (Heywood, 2017, capítulo 7). Na sua essência, fascismo significa um conjunto de negações: antiliberalismo, anticomunismo, anticonservadorismo, antidemocracia, anti-individualismo e, até mesmo, anticristandade (Payne, 2010, p. 100; Polanyi, 1935, p. 370).

¹⁵ A esquerda tinha mais razões que a direita para ser a favor do impedimento de Rousseff e da punição de Lula a partir de 2015 (Gonçalves, 2015). Em 2018 o “Lula livre” foi, certamente, um erro estratégico da campanha presidencial do PT e seus partidos-satélites já que há anos acumula-se forte rejeição ao expresidente e à corrupção. Se a maior parte da esquerda tivesse se posicionado firmemente a favor do impedimento de Dilma e da prisão de Lula, na eleição de 2018 a narrativa antiesquerda corrupta dos candidatos da direita teria menor potência. Pelo menos desde 2015 a esquerda poderia ter construído uma coalizção com novas propostas, novas lideranças e novo referencial ético. Subordinados a Lula (que continua controlando a Tesouraria do PT), a maior parte da esquerda errou, errou de novo e errou pior!

Tendo esse referencial conceitual, atribuir às forças sociais e políticas que apoiam o Governo Bolsonaro o epíteto “fascista”, como uma qualificação injuriosa, é uma diatribe que coloca o acusador nos campos da idiotia e da ignomínia. Se de um lado, essas forças talvez sejam, na sua maioria, anticomunistas; de outro, elas talvez sejam majoritariamente conservadoras, liberais e democráticas. Ademais, toda a narrativa filosófica e política refletida no Plano de Governo e nos posicionamentos de Bolsonaro remete à família (conjunto de indivíduos) e ao Cristianismo (Deus acima de todos!). Na realidade, é provável que o denominador comum da onda bolsonarista não seja o anticomunismo, o conservadorismo, o liberalismo, o individualismo e o cristianismo e, sim, o pró-renda, o pró-emprego, o antiviolência, o anticorrupção, o antipetismo e o antilulismo.

Portanto, o uso do epíteto “fascista” para uma força política heterogênea e majoritária (58 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2018) expressa uma combinação, não necessariamente linear, de idiotia, ignomínia e beligerância. A hipótese é que essa conduta continuará durante o Governo Bolsonaro e implicará poder desestabilizador da oposição. Essa oposição “faca nos dentes” é uma incerteza crítica a ser seriamente considerada na construção de cenários e na análise da conduta e do desempenho do governo.¹⁶

Como é recorrente na história do Brasil, o país reproduz – sempre com atraso – fenômenos econômicos, sociais e políticos já ocorridos no resto do mundo. A vitória de Bolsonaro está dentro do “novo normal” da política em muitos países, inclusive, nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos. Esse “novo normal” é a ascensão do populismo de direita (com destaque para Trump nos EUA). Da mesma forma que fascismo e democracia, populismo é um conceito controverso (Panizza, 2005, p. 1). O populismo de direita no século XXI é um epifenômeno decorrente das incongruências e tensões entre, de um lado, liberalismo (liberdade individual e pluralismo) e, de outro, democracia (soberania popular e igualdade). É o dilema: superávit liberal *versus* déficit democrático. No contexto da globalização econômica (que tem como uma de suas causas

¹⁶ Também há um componente de má-fé no uso pejorativo de adjetivos por parte do Lulismo. Houve tentativa de desqualificar – como “udenistas” e “moralistas” – os protestos populares focados no déficit democrático e no combate à corrupção a partir de 2013.

a ascensão do neoliberalismo), a lógica liberalizante implica instabilidade e insegurança. E, como já aconteceu em outros momentos da história mundial, há uma reação popular à procura de autoproteção frente à tirania do mercado. Quanto mais potente é o movimento do “moinho satânico” do mercado, maior é o movimento de reação da sociedade rumo à autoproteção via intervenção do estado. É o chamado “duplo movimento” analisado por Karl Polanyi na sua obra clássica *A Grande Transformação* (1944).

No passado recente os países desenvolvidos têm sofrido inúmeros problemas graves: desemprego estrutural; flexibilização do mercado de trabalho; dominação financeira; encolhimento do estado de bem-estar social; migração em massa; terrorismo; multiculturalismo; e falhas da democracia representativa. Há a prevalência da tradição liberal sobre a tradição democrática. E, como afirma Mouffe (2005, p. 55), “os partidos populistas de direita são, frequentemente, os únicos que tentam mobilizar paixões e criar formas coletivas de identificações”. Frente ao dilema superávit liberal *versus* déficit democrático, repete-se o padrão histórico já que as sociedades reagem e exigem autoproteção (Polanyi, 1944, capítulo 8). Em consequência, abrem-se janelas de oportunidades para o populismo de direita.

Da mesma forma que no resto do mundo, o discurso (nada inteligente) contra o populismo de direita constrói um enquadramento político binário do *nós* contra *eles*, dos *bons* contra os *maus*. Portanto faz-se a dicotomia entre “os *bons democratas* que defendem os valores universais da democracia liberal e a *extrema direita malvada*, racista e xenofóbica, que deve ser *erradicada*” (Mouffe, 2005, p. 58). O resultado é evidente: adversários são transformados em inimigos, perde-se o sentido da realidade e inicia-se a marcha da insensatez. Há o acirramento das tensões sociais e do conflito político que atingem níveis críticos e, em consequência, os extremismos são propagados e a democracia comprometida.

A experiência brasileira recente, particularmente durante o processo político-eleitoral em 2018, enquadra-se nessa situação de antagonismo comprometedor da democracia já que cresce a oposição “faca nos dentes”. A influência de alguns dos problemas acima enfrentados pelos países desenvolvidos tem, no caso do Brasil, os agravantes do patrimonialismo, da violência e da corrupção epidêmicos. O populismo de direita de Bolsonaro passa por cima de partidos, mobiliza paixões e cria identificações. O

populismo brasileiro é o discurso sobre família, pátria e Deus, e também é a crítica, a condenação e a identificação dos “mentirosos, canalhas e corruptos”. No século XXI o sucesso do populismo de direita brasileiro reflete o confronto frontal das suas lideranças com o pacto entre a plutocracia, a cleptocracia e a canalhocracia. O Lulismo é a expressão mais completa e perfeita desse pacto na história brasileira. O fato que 58 milhões de brasileiros votaram em Bolsonaro é a evidência empírica conclusiva que grande parte da sociedade anseia por proteção, rejeita o pacto, abomina o Lulismo e condena Lula.

Em consequência, não há como subestimar a incerteza crítica derivada da conduta de uma oposição que tem tido déficit de temperança e superávit de ignorância. É de se esperar que a oposição aumente sua propensão ao conflito e adote estratégias de “beira de abismo”, escalada temerária ou “faca nos dentes”. Ademais, há o agravante que o adversário de Bolsonaro obteve 47 milhões de votos nas eleições de 2018. No contexto de uma democracia de baixa qualidade e de uma república anã, o problema é que a oposição pode ter o entendimento equivocado que esses votos signifiquem um “cheque em branco” para atitudes e iniciativas temerárias e irresponsáveis.

Há, ainda, uma variável específica e desestabilizadora no país. Na política brasileira, as forças de oposição têm um “atrator estranho” que está num ponto do campo político e é referencial para as forças de oposição de esquerda que têm tido trajetórias caóticas. Esse ponto é uma cela de prisão e Lula é o “atrator estranho”. Lula ainda é capaz de dar certa ordem aos movimentos aleatórios e erráticos, principalmente, da esquerda brasileira.

A incerteza crítica (conduta da oposição) pode ganhar uma dimensão extraordinária em função da atuação do “atrator estranho”, presidiário e ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Há a hipótese, pouco provável, de Lula receber indulto ou ser solto no horizonte previsível e, ademais, há a hipótese, muito provável, de novas condenações por corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado. Lula é fator agravante no quadro de incertezas críticas tendo em vista a atração, a influência e o controle que exerce sobre a maior parte das forças da esquerda. Entretanto, o poder de Lula tende a diminuir na medida em que avança seu tempo na prisão. E, em algum momento no futuro, Lula provocará repulsa na maior parte da esquerda e o Lulismo será somente objeto de adoração dos fundamentalistas enterrados na idiotia e na ignomínia.

Lula completou 73 anos na véspera das eleições presidenciais de 2018. O processo de fragilização desse personagem da política brasileira é evidente e crescente nas esferas jurídica, moral, física, mental e política. Entretanto, Lula é um adversário temerário já que “não tem muito a perder”. Lula pode ter interesses objetivos e subjetivos na estratégia de *brinkmanship*. Isto é, a conduta da oposição com a “faca nos dentes” tem como foco a imposição de perdas ao adversário transformado em inimigo visceral (Governo Bolsonaro). Em consequência, é provável que a potência desestabilizadora da oposição (mais uma vez, liderada por Lula) implique insensatez, irracionalidade e estupidez (ver Figura 11).

Com o avanço das políticas assistencialistas do Governo Bolsonaro (programa de renda mínima etc.) é provável que, nas eleições futuras, haja forte redução dos votos em eventuais candidatos do PT (ou de uma coalizão de esquerda) liderados por Lula (se ele ainda estiver na arena política brasileira). Isso deve ocorrer, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Ademais, se a esquerda continuar atrelada ao Lulismo ela acelerará seu processo de degenerescência e, provavelmente, entrará em trajetória de encolhimento já que perderá apoio popular, em geral, e no campo progressista, em particular. E, por outro lado, se o Governo Bolsonaro abandonar a ortodoxia econômica liberal, gerar ganhos econômicos (mesmo que moderados), ampliar as políticas assistencialistas e reduzir a violência e a corrupção, ele será capaz de corroer definitiva e rapidamente as bases do Lulismo.

Portanto, o Governo Bolsonaro defronta-se com um adversário interno (ortodoxia econômica liberal) e um inimigo externo (a oposição “faca nos dentes”). As questões centrais para o futuro são: como o Governo Bolsonaro enfrentará os *70-year-old Chicago boys* da sua equipe econômica? Bolsonaro irá domesticá-los ou, simplesmente, exonerá-los? Bolsonaro permitirá que eles cometam erros estratégicos e erros trágicos? E quanto à oposição “faca nos dentes” e seu “atrator estranho” (Lula)? Bolsonaro irá tratá-los como adversários equilibrados e responsáveis (focados no futuro do país) ou inimigos temerários e vingativos (focados nos seus próprios interesses)? O futuro do Governo Bolsonaro depende das respostas a essas perguntas. E o futuro do Brasil depende da conduta e do desempenho do Governo Bolsonaro, mas isso é tema para outro trabalho (macrocenários nacionais).

Figura 11

Esquerda e Lulismo: insensatez, irracionalidade e estupidez

O futuro da esquerda brasileira depende de uma mudança de abordagem. Não se trata de autocrítica, nem refundação, e, sim, de vôo da Fênix. A esquerda precisa incinerar seus cadáveres podres, jogar as cinzas aos ventos, definir uma ética na política e construir novas organizações, lideranças, propostas, alianças e bases.

O PT, o PSOL, o PCdoB e o PDT, suas práticas e lideranças, provocam repulsa não somente no campo do populismo de direita como também no campo progressista de direita, centro e esquerda. O PSB (Partido Socialista Brasileiro) está, na melhor das hipóteses, no centro do compasso político e, ademais, parece ter vocação para partido-satélite.

No contexto do Lulismo, a adoção da estratégia da oposição “faca nos dentes” é evidenciada pela transformação de figurantes de terceira classe em coadjuvantes no processo político-eleitoral em 2018. Nesse ano um figurante de centro aparece como cavalo de Tróia na corrida presidencial enquanto figurantes da esquerda (retórica) radical são projetados nacionalmente. Em troca de projeção (e expectativas de benefícios futuros), esses figurantes e seus partidos vendem fidelidade e desempenham o papel de cães de fila do Lulismo. Eles vociferam paralisação do país, invasão de imóvel domiciliar, indulto para condenado e quejandos.

O PDT, por seu turno, degradou-se a tal ponto que lançou para candidato à presidência da República em 2018 uma figura que se autoproclama progressista ou atuante no campo da centro-esquerda. Porém, essa figura dramática da política brasileira está fortemente marcada por autoritarismo despuído, violência repulsiva, oportunismo ignóbil, atraso atávico, demagogia rastaquera e vacuidade político-ideológica. Enfim, uma fraude perigosa. Isso evidencia, de forma conclusiva, o nível de degenerescência da esquerda brasileira!

Com a decadência de Lula, esse figurante dramático apresenta-se como o novo “atrator estranho” para as forças de centro e de esquerda, em substituição a Lula. Com 2500 anos de atraso, o Brasil reproduz, na forma de tragédia, a comédia *Os Cavaleiros* (424 a.C.) de Aristófanes em que o corrupto Paflagônio é substituído pelo demagogo Salsicheiro (Agorácrito) que assume como Intendente do Povo. Há sempre escravos espertos (PDT e que tais) e escravos idiotizados que promovem Salsicheiros. Terá o Brasil seu Salsicheiro Sertanejo?

Bibliografia

Axson, David A. J. *Scenario Planning. Applying a six-step process to your organization. Guideline*. Chartered Professional Accountants of Canada, 2018.

Bishop, Peter; Hines, Andy; Collins, Terry. The current state of scenario development: an overview of techniques. *Foresight*, Vol. 9, No 1, p. 5-25, 2007.

Durance, Philippe; Godet, Michel. Scenario Building: Uses and abuses. *Technological Forecasting and Social Change*, No. 72, p. 1488-1492, 2010.

Eatwell, Roger. Fascism. In: Freedon, Michael *et al* (ed.). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, capítulo 26, 2013.

El-Erian, Mohamed. Populist governments are challenging economic orthodoxy. *The Australian Financial Review*. Disponível: <https://www.afr.com/opinion>. Acesso: 29 de outubro de 2018.

Fischmann, Adalberto A.; Almeida, Martinho Isnard R. de. *Planejamento Estratégico na Prática*. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2018.

Friedman, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: LTC, 2014 (original 1962)

Friedman, Milton; Friedman, Rose D. *Livre para Escolher*. Rio de Janeiro: Record, 2015 (original 1980).

Godet, Michel. The art of scenarios and strategic planning: Tools and pitfalls. *Technological Foresight and Social Change*, No. 65, p. 3-22, 2000.

Gonçalves, Reinaldo. *O Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Gonçalves, Reinaldo. Por que a esquerda tem mais razões que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e da punição de Lula? Rio de Janeiro: Instituto de Economia,

Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Texto para Discussão* No. 015/2015. Disponível: <http://www.ie.ufrj.br/>. Acesso: 26 de outubro de 2018.

Gonçalves, Reinaldo. Interrupção de presidência, reequilíbrio e bônus macroeconômico. Lições da América Latina para o impedimento de Dilma Rousseff. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Texto para Discussão* No. 03/2016. Disponível: <http://www.ie.ufrj.br/>. Acesso: 26 de outubro de 2018.

Guzman, Martin; Stiglitz, Joseph E. The roots of Argentina's surprise crisis. *Project Syndicate*. 5 de junho de 2018. Disponível: <https://www.project-syndicate.org/>. Acesso: 26 de outubro de 2018.

Harvey, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Heywood, Andrew. *Political Ideologies. An Introduction*. Palgrave, 6ª edição, 2017.

IMF. Argentina. *Request for Stand-by arrangement. IMF Country Report No. 18/2019*. Washington D.C: International Monetary Fund, 2018.

Llanos, Mariana; Marsteintredet, Leiv. Conclusions: presidential breakdowns revisited. In: Llanos, Mariana; Marsteintredet, Leiv. (eds.). *Presidential Breakdowns in Latin America. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies*. Londres: Palgrave Macmillan, p. 213-228, 2010.

Mouffe, Chantal. The “end of politics” and the challenge of right-wing populism. In: Panizza, Francisco (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, p. 50-71, 2005.

Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento Estratégico. Conceitos, Metodologia e Práticas*. São Paulo: Atlas, 34ª edição, 2018.

Panizza, Francisco. Introduction. In: Panizza, Francisco (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005.

Payne, Stanley G. Fascism: a working definition. In: Iordachi, Constantin (ed.) *Comparative Fascist Studies: New Perspectives*. Nova York: Routledge, p. 92-112, 2010.

Polanyi, Karl. The essence of fascism. In: Lewis, John; Polanyi, Karl; Kitichin, Donald K. (orgs.) *Christianity and the Social Revolution*. Londres: Victor Gollancz, p. 35-394, 1935.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (original 1944).

Popper, Rafael. How are foresight methods selected? *Foresight*, Vol. 10, No. 6, p. 62-89, 2008.

Saretta, Fausto. *Política Econômica brasileira (1946-1951)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

Thompson Jr., Arthur A; Strickland, A. J. *Planejamento Estratégico. Elaboração, Implementação e Execução*. São Paulo: Pioneira, 1999.

Turner, Rachel S. *Neo-liberal Ideology. History, Concepts and Policies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

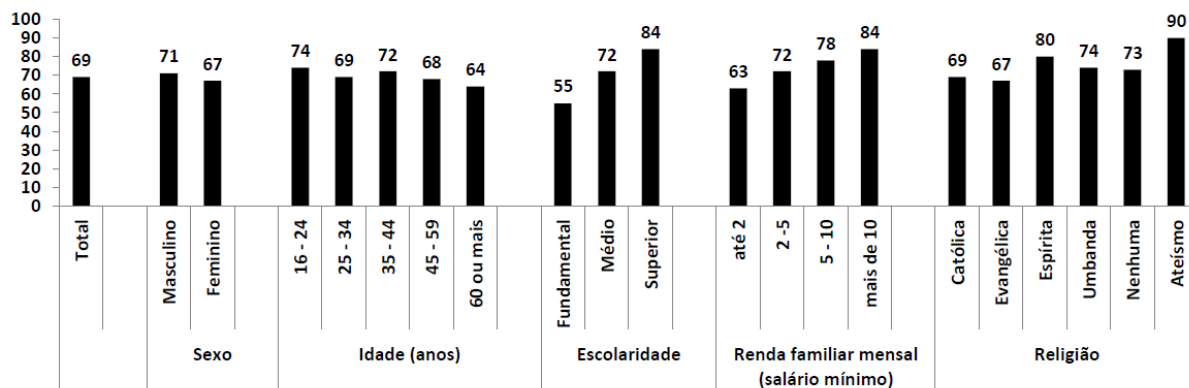
Anexo

Tabela 1
Brasil: Dados macroeconômicos: 2013-22

		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produto interno bruto, preços constantes	Varição %	3,0	0,5	-3,5	-3,5	1,0	1,4	2,4	2,3	2,2	2,2
Investimento total	% do PIB	21,8	20,6	17,5	15,4	15,5	16,1	16,6	17,2	17,8	18,4
Inflação, preços médios ao consumidor	Varição %	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7	4,2	4,1	4,0	4,0
Taxa de desemprego	% da força de trabalho total	7,2	6,8	8,3	11,3	12,8	11,8	10,7	10,2	9,8	9,5
Receita do governo geral	% do PIB	34,5	32,5	28,1	30,5	30,1	29,2	29,0	28,5	28,7	28,6
Despesa total do governo geral	% do PIB	37,4	37,8	38,4	39,5	37,9	37,8	37,0	36,3	36,2	35,7
Empréstimo líquido do governo geral	% do PIB	-3,0	-5,4	-10,3	-9,0	-7,8	-8,6	-8,0	-7,8	-7,5	-7,0
Empréstimo líquido primário da administração pública	% do PIB	1,7	0,0	-2,0	-2,5	-1,7	-2,4	-1,8	-1,1	-0,6	0,0
Dívida líquida do governo geral	% do PIB	30,5	32,6	35,6	46,2	51,6	56,5	59,9	63,4	66,7	69,6
Dívida bruta do governo geral	% do PIB	60,2	62,3	72,6	78,4	84,0	88,4	90,5	92,9	95,3	97,1
Conta corrente, saldo	US\$	-74,8	-104,2	-59,4	-23,5	-9,8	-24,8	-30,9	-34,5	-37,3	-40,3
Conta corrente, saldo	% do PIB	-3,0	-4,2	-3,3	-1,3	-0,5	-1,3	-1,6	-1,7	-1,8	-1,8
Produto interno bruto <i>per capita</i>, preços constantes	Paridade do poder de compra; 2011 US\$	15.538	15.483	14.811	14.184	14.213	14.312	14.549	14.780	15.011	15.251

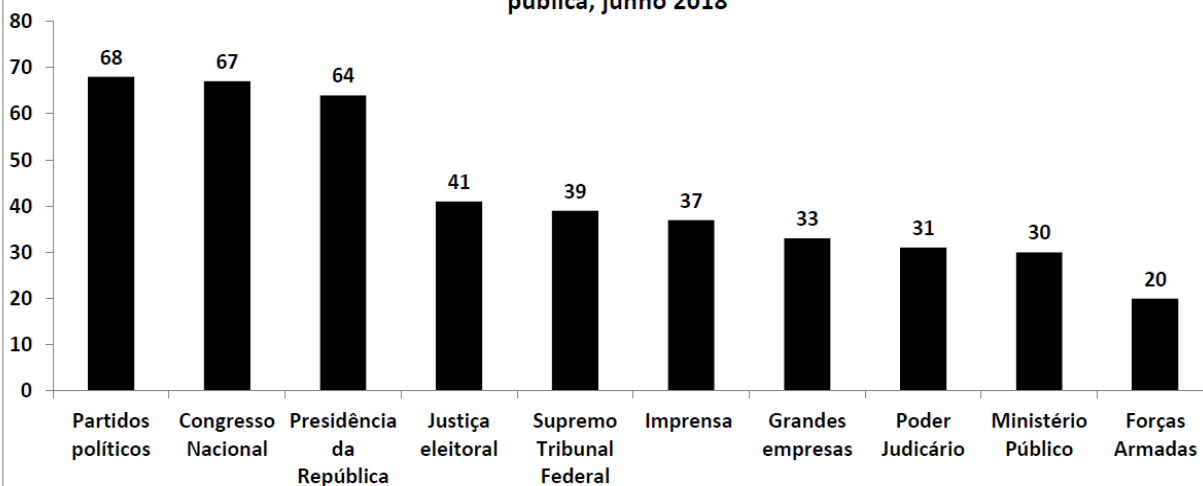
Fonte e notas: International Monetary Fund. *World Economic Outlook. Database*. Outubro de 2018. Dados para 2018-22 são estimativas e projeções.

Gráfico 1 Propensão à democracia - Democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo - Pesquisa de opinião (% de concordância): outubro de 2018



Fonte: Datafolha. *Intenção de voto para Presidente da República. Eleições 2018.* Pesquisa 4 de outubro de 2018.

Gráfico 2 Grau de desconfiança nas instituições (Não confia %): Pesquisa de opinião pública, junho 2018



Fonte: Datafolha. *Grau de confiança nas instituições.* Pesquisa PO813964, 06-07 de junho de 2018.

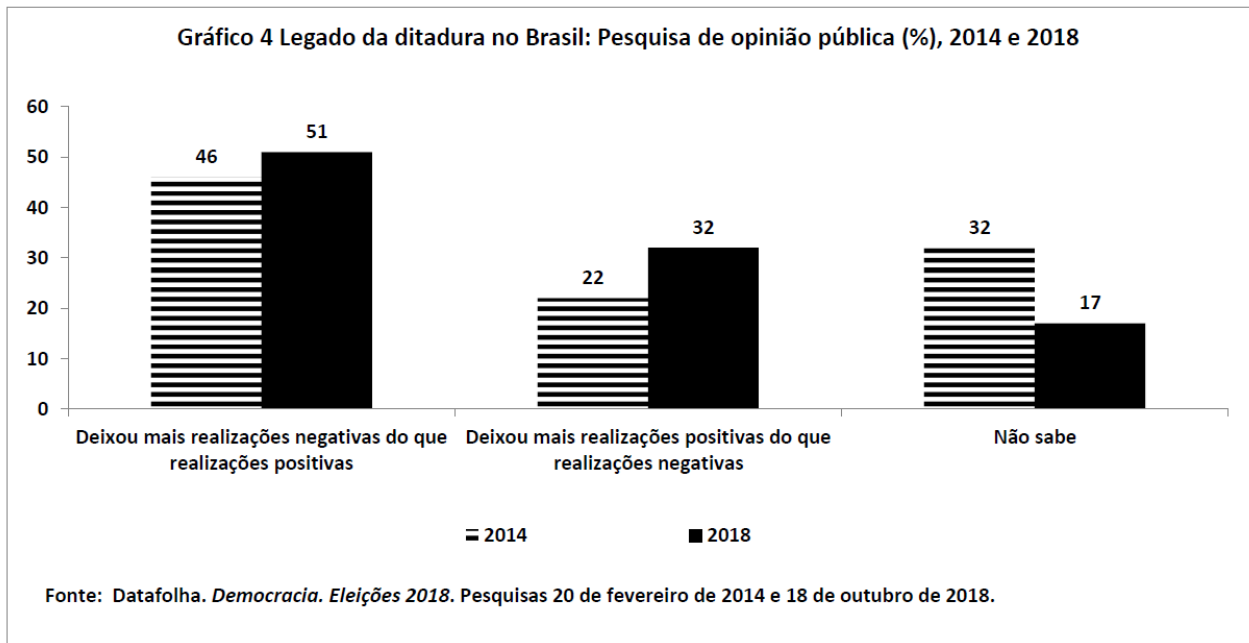
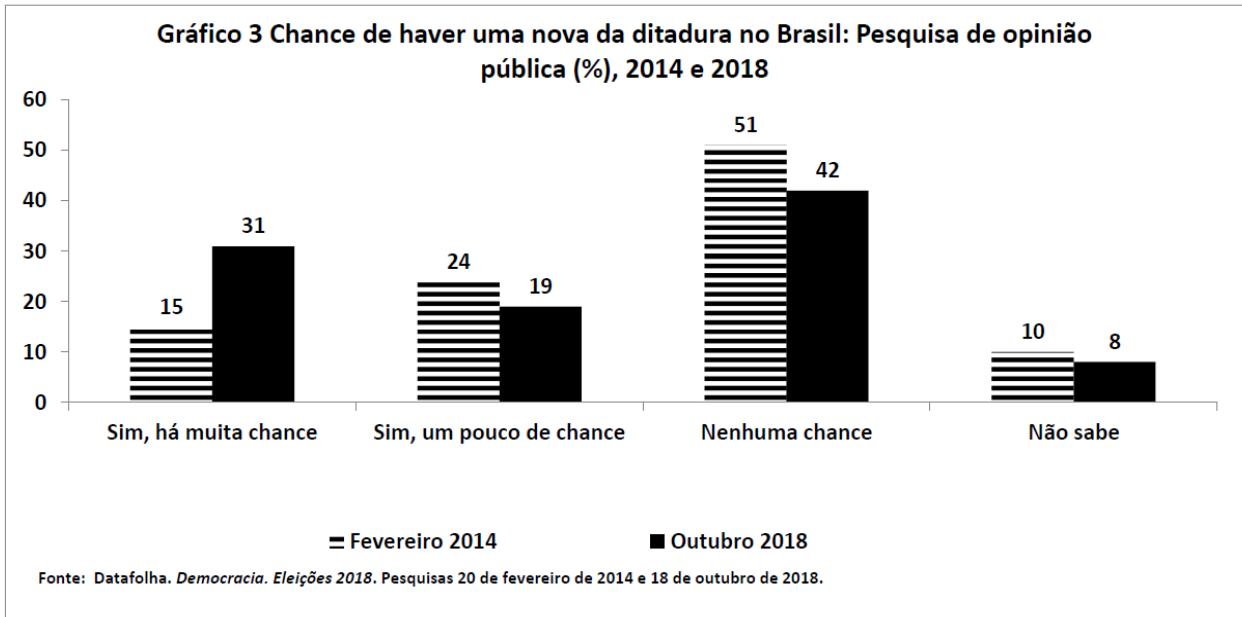
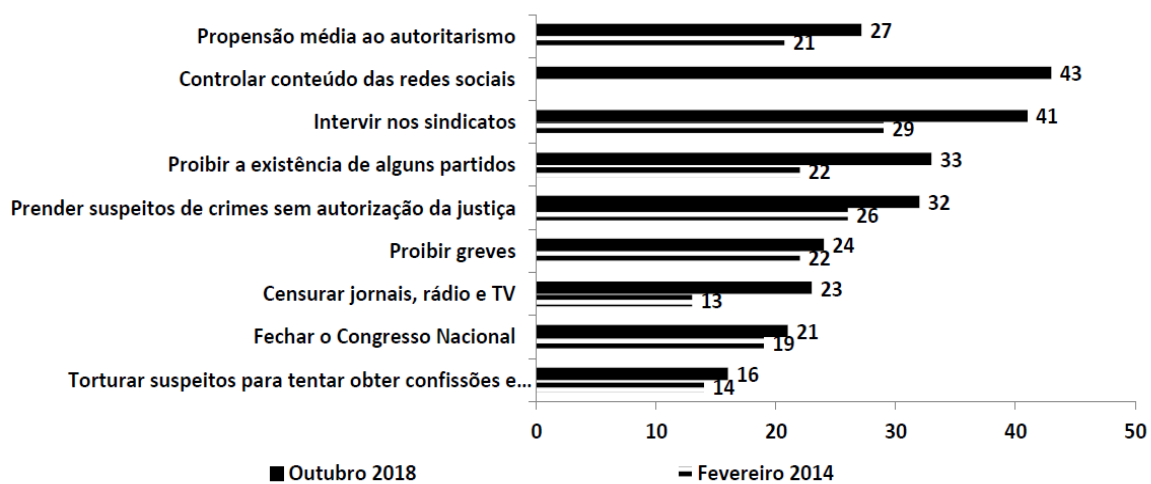


Gráfico 5 Pesquisa de opinião sobre alguns direitos do governo brasileiro: percentual dos que concordam, 2014 e 2018



Fonte: Datafolha. *Democracia. Eleições 2018*. Pesquisas 20 de fevereiro de 2014 e 18 de outubro de 2018.